



INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS CAMPO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

KEILA CRISTINA PINHEIRO ANTUNES

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A SUA MATERIALIZAÇÃO NO
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL: UMA PROPOSTA DE
PRODUTO EDUCACIONAL VOLTADO AOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO
INTEGRADO

Campo Grande/MS

2021

KEILA CRISTINA PINHEIRO ANTUNES

**PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A SUA MATERIALIZAÇÃO NO
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL: UMA PROPOSTA DE
PRODUTO EDUCACIONAL VOLTADO AOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO
INTEGRADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *Campus* Campo Grande do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Pini Caramit

Campo Grande/MS

2021

A636p Antunes, Keila Cristina Pinheiro
Programa de Assistência Estudantil e a sua materialização no Instituto Federal de Mato Grosso Do Sul: uma proposta de produto educacional voltado aos estudantes do Ensino Médio Integrado / Keila Cristina Pinheiro Antunes. – Campo Grande-MS, 2021.
87 f. : il. ; 29 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Mato Grosso do Sul-IFMS, Campus Campo Grande, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Pini Caramit.

Inclui apêndices.
Inclui referências.

1. Política da educação. 2. Assistência ao educando. 3. Informação e educação. I. Caramit, Ricardo Pini. II. Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica. III. Título.

CDD 23. ed. 370



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/IFMS)

Aos 23 dias do mês de fevereiro do ano de 2021, às 13 horas e 30 minutos, reuniu-se por webconferência a Banca Examinadora composta pelos membros: Prof. Dr. Ricardo Pini Caramit (IFMS), Prof. Dr. Claudio Zarate Sanavria (IFMS) e Prof. Dr. Leandro Picoli Nucci (UEMS), sob a presidência do primeiro, para avaliação do trabalho da estudante: Keila Cristina Pinheiro Antunes, CPF 003.890.771-27, Linha de Pesquisa “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)”, Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, apresentado sob o título “Programa de Assistência Estudantil no Ensino Médio Integrado: Um Estudo Sobre a sua Materialização no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul e Seus Efeitos no Campus Campo Grande” e orientação do Prof. Dr. Ricardo Pini Caramit. O presidente da Banca Examinadora declarou abertos os trabalhos e agradeceu a presença de todos os membros. A seguir, concedeu a palavra à estudante, que expôs seu Trabalho de Conclusão de Curso. Terminada a exposição, os membros da Banca Examinadora iniciaram as arguições. Terminadas as arguições, o presidente da banca fez suas considerações. A seguir, a Banca Examinadora reuniu-se em grupo virtual à parte para avaliação e emitiu, em seguida, parecer expresso conforme segue:

EXAMINADOR	AVALIAÇÃO
Dr. Ricardo Pini Caramit - Orientador	APROVADO
Dr. Leandro Picoli Nucci (Externo)	APROVADO
Dr. Claudio Zarate Sanavria (Interno)	APROVADO

RESULTADO FINAL:

(X) Aprovação () Reprovação

OBSERVAÇÕES: Evidenciar o produto educacional no título, sintetizar o resumo, ampliar a fundamentação teórica com manual e EPT; e deixar claro qual é o entendimento do produto educacional.

Juntamente com a dissertação citada anteriormente foi também validado pela banca avaliadora o produto educacional intitulado “MANU: Manual de Auxílio Estudantil”. A discente terá um prazo máximo de 90 (noventa) dias para realizar as modificações recomendadas pela banca e entrega da versão final da dissertação e do produto educacional.

Nada mais havendo a ser tratado, o(a) Presidente declarou a sessão encerrada e agradeceu a todos pela participação.

Ricardo Pini Caramit
Presidente da Banca Examinadora

Keila Cristina Pinheiro Antunes
Estudante

Documento assinado eletronicamente por:

- **LEANDRO PICOLI NUCCI, LEANDRO PICOLI NUCCI - MEMBRO(A) DE BANCA DE MESTRADO - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MATO GROSSO DO SUL - UEMS (86891363000180)**, em 24/02/2021 06:47:55.
- **Claudio Zarate Sanavria, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 23/02/2021 17:30:33.
- **Keila Cristina Pinheiro Antunes, TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS**, em 23/02/2021 16:15:34.
- **Ricardo Pini Caramit, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 23/02/2021 16:12:12.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 23/02/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifms.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 177260

Código de Autenticação: cd059f1fdb



KEILA CRISTINA PINHEIRO ANTUNES

**PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A SUA MATERIALIZAÇÃO NO
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL: UMA PROPOSTA DE
PRODUTO EDUCACIONAL VOLTADO AOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO
INTEGRADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 23 de fevereiro de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Pini Caramit
Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
Orientador

Prof. Dr. Claudio Zarate Sanavria
Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Leandro Picoli Nucci
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Dedico este trabalho à minha família, que é a peça fundamental para a realização desta conquista.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida e as bênçãos derramadas.

Aos meus familiares pelo apoio incondicional, em especial, aos meus pais, Olindina e Alcebíades, e meus sobrinhos, Marcos Vinícius Alves, Gabrielly Antunes e Felipe Aves, que contribuíram na elaboração do produto educacional.

À Ana Paula Oliveira, que fez o papel de coorientadora no início da pesquisa.

À Giane Moura, por se dispor a ler e dar dicas de metodologia para projeto de pesquisa.

Ao professor Dr. Ricardo Pini Caramit pelas orientações e apoio durante o percurso da pesquisa.

Aos meus professores do PROFEPT – IFMS, em especial, ao professor Dr. Dante Alighieri por estar sempre acessível e disposto a compreender e ajudar na resolução dos problemas.

Aos professores, Dr. Claudio Zarate Sanavria e Dr. Leandro Picoli Nucci por aceitarem o convite de serem membros das bancas de defesa e qualificação, além de fazerem contribuições valiosas para o desenvolvimento do trabalho.

Aos professores, Dr. Flávio Amori e Dr. Dante Alighieri, por aceitarem ser membros suplentes das bancas de defesa e de qualificação.

Aos colegas da turma, pelo companheirismo e amizade.

À Direção-Geral do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – *Campus* Campo Grande, por autorizar a realização da pesquisa.

Aos estudantes e técnicos administrativos, que dispuseram de tempo para participar voluntariamente da avaliação da aplicação do produto educacional.

Aos colegas do IFMS pelo apoio e torcida.

RESUMO

O presente estudo, que está inserido no Macroprojeto 6 – organização de espaços pedagógicos da EPT, teve como objetivo desenvolver um produto educacional a partir da análise do processo de materialização do Programa de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul e a seus efeitos, no *Campus* Campo Grande. Para isso, foi realizada uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo de cunho quantitativo e qualitativo. Utilizamos como aporte teórico as contribuições de análise de ciclo de política, tendo como foco principal o contexto de produção de textos e o contexto dos resultados/efeitos. O instrumento utilizado para coletar os dados da avaliação da aplicação do produto educacional foi o questionário. A análise dos dados foi realizada por meio de Análise de Conteúdo de Bardin. Com a pesquisa foram obtidos os seguintes resultados: nem todos os Programas utilizam como critério de prioridade os estudantes de escola pública ou a renda *per capita*, como estabelecido no decreto; 25% dos estudantes dos cursos técnicos de nível médio integrado são atendidos pelo Programa de Assistência Estudantil (PAES) e que 93,03% dos estudantes beneficiados permanecem ou concluem o curso; Percebemos que do total de evadidos, 10,8% dos beneficiados evadem do curso, contra 89,19% dos estudantes não beneficiados. A partir dos resultados descritos, desenvolvemos um produto educacional direcionado aos estudantes ingressantes da educação profissional de nível médio integrado, definimos como produto educacional, o material textual intitulado como “MANU: Manual de Auxílio Estudantil” e subproduto um vídeo intitulado “PE - Programa de Assistência Estudantil (PAES)”. Com relação aos resultados da avaliação da aplicação do produto educacional, concluímos que teve boa receptividade entre os voluntários e que pode atender ao propósito. Por fim, esperamos que esta pesquisa possa servir de instrumento para tomada de decisões, de forma a contribuir para o aperfeiçoamento e fortalecimento do PAES. Esperamos, igualmente, que o produto educacional contribua com as ações de permanência dos estudantes.

Palavras-Chave: Política da educação; Assistência ao Educando; Informação e Educação.

ABSTRACT

The present study, which is inserted in Macroproject 6 - organization of pedagogical spaces of EPT, aimed to develop an educational product based on the analysis of the materialization process of the Student Assistance Program in the Federal Institute of Education, Science and Technology of Mato Grosso do Sul and its effects, at *Campus* Campo Grande. For this, an exploratory and descriptive research of quantitative and qualitative nature was carried out. We use the contributions of policy cycle analysis as a theoretical contribution, having as main focus the context of text production and the context of results / effects. The instrument used to collect the data on the evaluation of the application of the educational product was the questionnaire. Data analysis was performed using Bardin's Content Analysis. With the research, the following results were obtained: not all programs use public school students or income as a priority criterion *per capita*, as established in the decree; 25% of students in integrated high school technical courses are served by the Student Assistance Program (PAES) and that 93.03% of benefited students remain or complete the course; We noticed that of the total dropout, 10.8% of the beneficiaries drop out of the course, against 89.19% of the non-benefited students. Based on the results described, we developed an educational product aimed at students entering integrated high school vocational education, we defined as educational product, the textual material entitled "MANU: Student Aid Manual" and a video by-product entitled "PE - Education Program". Student Assistance (PAES)". Regarding the results of the evaluation of the application of the educational product, we concluded that it was well received by the volunteers and that it can serve the purpose. Finally, we hope that this research can serve as an instrument for decision making, in order to contribute to the improvement and strengthening of PAES. We also hope that the educational product will contribute to the students' permanence actions.

Key words: Education policy; Assistance to Educating; Information and Education.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Sexo	55
Gráfico 2 - Autodeclaração de cor/raça	56

LISTA DE QUADROS E FIGURA

Quadro 1 – Descrição dos objetivos, questionamentos e instrumentos.	34
Quadro 2 – Descrição das categorias avaliadas e a proposta de avaliação Leite (2019).....	36
Quadro 3 - Histórico da Assistência Estudantil no IFMS	42
Quadro 4 - Comparação das Políticas de Assistência Estudantil nas: categoria socioeconômicas (CSE), dimensão socioeconômicas (DSE), categoria de ações de ensino, pesquisa e extensão (CAEPE) e dimensão do ensino, pesquisa e extensão (DEPE).....	43
Quadro 5 - Dimensões da Política de Assistência Estudantil	47
Figura 1 – Síntese do Produto Educacional	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Antecedentes escolares.....	57
Tabela 2 - Renda familiar (<i>per capita</i>) por faixas.....	58
Tabela 3 - Beneficiário social de transferência de renda.....	58
Tabela 4 - Meio de deslocamento até o <i>campus</i>	59
Tabela 5 - Situação de moradia.....	60
Tabela 6 – Relação de auxílios ofertados e auxílios concedidos.....	62
Tabela 7 – Auxílios concedidos aos estudantes do Ensino Médio Integrado.....	62

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CAAE – Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CAEPE – categoria de ações de ensino, pesquisa e extensão
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB – Conselho da Educação Básica
CF – Constituição Federal
CNE – Conselho Nacional de Educação
COAES – Coordenação de Assuntos Estudantis
CODIR – Colégio de Dirigentes
CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
COSUP – Conselho Superior
CSE – Categoria Socioeconômicas
DCNEPTNM – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Médio
DEPE – dimensão do ensino, pesquisa e extensão
DIRAE – Diretoria de Assuntos Estudantis
DIRGA – Diretoria de Gestão Acadêmica
DSE – Dimensão Socioeconômicas
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
FIC – Formação Inicial e Continuada
FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
GT – Grupo de Trabalho
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF – Instituto Federal
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
IFMS – Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MEC – Ministério da Educação

MS – Mato Grosso do Sul

NAPNE – Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

NEABI – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas

PAE – Política de Assistência Estudantil

PAES – Programa de Assistência Estudantil

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PE – Produto Educacional

PEMIN – Programa de Empreendedorismo Inovador

PIBAEX – Programa Institucional de Bolsas e Auxílios para Atividades de Extensão

PIPEC – Programa institucional de iniciação científica e tecnológica

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE – Plano Nacional de Educação

PNP – Plataforma Nilo Peçanha

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica

PROEN – Pró-Reitoria de Ensino

PROEX – Pró-Reitoria de Extensão e Relações Institucionais

PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

PROPI – Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

REVALIDE – Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC

SIGA – Sistema Acadêmico

SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

TAM – Termo de Acordo de Metas e Compromissos

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 REVISÃO TEÓRICA.....	22
2.1 Abordagem de Ciclo de Políticas.....	22
2.2 Política Pública de Educação: a questão da Assistência Estudantil nos Institutos Federais	25
2.2.1 Políticas Públicas de Educação voltadas para a permanência: bases legais...25	
2.2.2 A Assistência Estudantil nos Institutos Federais.....	27
2.3 A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.....	31
3 METODOLOGIA.....	33
3.1 <i>Locus</i> da pesquisa	38
4 RESULTADOS.....	40
4.1 Contextualização do Programa Nacional de Assistência Estudantil com a Política de Assistência Estudantil e o Programa de Assistência Estudantil do IFMS	40
4.1.1 Breve Histórico da Política de Assistência Estudantil e o Programa de Assistência Estudantil no IFMS	40
4.1.2 A Política de Assistência Estudantil do IFMS.....	44
4.1.3 A questão do Programa de Assistência Estudantil (PAES) do IFMS: objeto da pesquisa	50
4.2 Perfil socioeconômico dos estudantes, <i>Campus</i> Campo Grande, ano 2018.....	54
4.3 Indicadores do Programa de Assistência Estudantil do IFMS e a comparação da taxa de evasão, <i>Campus</i> Campo Grande, ano 2018	61
4.4.1 Auxílios ofertados e estudantes atendidos	61
4.4.2 Estudantes beneficiados evadidos, estudantes beneficiados que concluíram o curso.	64
4.4.3 Comparação da taxa de evasão dos estudantes atendidos pelo PAES com os estudantes que não são atendidos pelo Programa	65
5 PRODUTO EDUCACIONAL.....	67
5.1 Elaboração e descrição do produto educacional.....	67
5.2 Avaliação do produto educacional.....	70
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS.....	78
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL –	

MANU: MANUAL DE AUXÍLIO ESTUDANTIL.....	87
APÊNDICE B –PRODUTO EDUCACIONAL – MANU: MANUAL DE AUXÍLIO ESTUDANTIL.....	88

1 INTRODUÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS), concebido pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), por meio da junção da Escola Técnica Federal do Mato Grosso do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina, tem como missão promover com excelência a educação, e entre seus valores está o compromisso social (IFMS, 2014c).

Depreendemos disso que, a responsabilidade da Instituição em promover ações que viabilizem a inclusão social dos estudantes. Nesse sentido, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) vai ao encontro de tal compromisso social, uma vez que, entre os seus objetivos, propõe “contribuir para a promoção da inclusão social”, além de “reduzir as taxas de retenção e evasão”, conforme art. 2º, incisos III e IV, do Decreto nº 7.234 (BRASIL, 2010).

Instituído pelo Decreto nº 7.234, de 29 de julho de 2010, o PNAES foi estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC), sua finalidade é assegurar condições de permanência aos estudantes na Instituição de Ensino (BRASIL, 2010), garantindo aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em função de suas especificidades (BRASIL, 2010), a promoção da Assistência Estudantil via políticas, programas, projetos e ações aos estudantes de todos os níveis.

A Assistência Estudantil pode ser concebida como “um conjunto de políticas realizadas por meio dos programas de Promoção, Assistência e Apoio que tem como objetivo principal criar condições que contribuam para a permanência dos estudantes” (FONTE, 2003, p. 25).

Nesse contexto, o IFMS promove a Assistência Estudantil por meio de política, “planos, programas, projetos e ações”, na expectativa de mitigar as dificuldades advindas de ordem social, econômica, psicológica e pedagógica dos estudantes, a fim de colaborar com a permanência; minimizar a reprovação, a retenção e a evasão; e, por conseguinte, promover a conclusão do curso, de modo a “contribuir para a formação integral dos estudantes” (IFMS, 2018a, p. 7).

O art. 5º, parágrafo único, inciso II, do PNAES (BRASIL, 2010) dispõe que as Instituições de Ensino têm o dever de estabelecer mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES. Kuenzer (2000, p.53) explica que estabelecer mecanismo de avaliação serve para “prestar contas à sociedade”, além de utilizar os resultados

para subsidiar as tomadas de decisões.

Esta dissertação se enquadra na linha de pesquisa do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (PROFEPT), e está vinculada à organização e memórias de espaços pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), Macroprojeto 6 – organização de espaços pedagógicos da EPT, visto que esta pesquisa está relacionada com a organização e planejamento de espaços pedagógicos atrelados à gestão da EPT (IFES, 2018).

A temática escolhida para pesquisar e desenvolver o produto educacional foi o Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul com enfoque aos estudantes do Ensino Médio Integrado, a escolha ocorreu pela experiência profissional dos pesquisadores, que vivenciaram na prática os anseios dos estudantes e a busca de recursos para continuar o curso.

Nessa perspectiva, optamos por analisar o Programa de Assistência Estudantil, no contexto de produção de textos para compreender a sua materialização e no contexto dos resultados/efeitos, sem deixar de considerar os outros contextos. Esse contexto é preconizado por Mainardes (2006; 2011; 2018), que defende a análise de ciclo de políticas de Ball e colaboradores, nos cinco contextos: *o contexto da influência*; *o contexto da produção do texto*; *o contexto da prática*; *o contexto dos resultados/efeitos*; e *o contexto de estratégia*.

O contexto da influência, em que as políticas são construídas por meio de disputa de interesses; *o contexto da produção do texto*, momento em que os acordos são selados e o documento é formalizado; *o contexto da prática*, lugar no qual a política é interpretada e reinterpretada na compreensão dos agentes que a utilizam; *o contexto dos resultados/efeitos* avalia o alcance da política na perspectiva de justiça social e desigualdade; *o contexto de estratégia*, serve de suporte para ressignificar a política e corrigir as desigualdades encontradas (MAINARDES, 2006; 2011; 2018).

Dessa forma, foram levantadas as seguintes questões: como aconteceu a materialização da Política de Assistência Estudantil e do Programa de Assistência Estudantil do IFMS? Qual é o perfil do estudante que é beneficiado pelo PAES da educação profissional de nível médio integrado do *Campus* Campo Grande? Qual produto educacional pode ser desenvolvido para contribuir com o PAES? Quais são os efeitos do Programa de Assistência Estudantil no *Campus* Campo Grande?

Diante disso, o objetivo da pesquisa foi desenvolver um produto educacional a partir da análise do processo de materialização do Programa de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul e seus efeitos no *Campus* Campo Grande, sendo os objetivos específicos:

- contextualizar o Programa Nacional de Assistência Estudantil com a Política de Assistência Estudantil e o Programa de Assistência Estudantil do IFMS;
- evidenciar o perfil socioeconômico do estudante da educação profissional de nível médio integrado e do estudante, desse mesmo nível, beneficiados pelo PAES, *Campus* Campo Grande;
- aferir os indicadores do PAES: auxílios ofertados, estudantes atendidos, estudantes beneficiados evadidos, estudantes beneficiados que concluíram o curso, da educação profissional de nível médio integrado, *Campus* Campo Grande;
- comparar a taxa de evasão dos estudantes atendidos pelo PAES com os estudantes que não são atendidos pelo programa.
- Produzir um produto educacional voltado aos estudantes da educação profissional de nível médio integrado a partir dos resultados.

A proposta foi desenvolver um produto educacional direcionado aos estudantes da educação profissional de nível médio integrado, a partir dos resultados da pesquisa. Definimos como produto educacional o material textual intitulado como “MANU: Manual de Auxílio Estudantil” e subproduto um vídeo intitulado “PE - Programa de Assistência Estudantil (PAES)”. Segundo Jorge (2003, s./p.), o manual escolar permite contribuir para a autonomia do educando, de forma que “o estudante reconhecerá no manual a tal ferramenta de que necessita para se apoiar, na sua preparação individual”. Nesse sentido, tem como objetivo com as ações de permanência dos estudantes.

Esta dissertação está organizada da seguinte forma: este capítulo como primeiro em introdução, seguido do segundo capítulo, que apresenta o referencial teórico, no qual se sintetiza a Abordagem de Ciclo de Políticas de forma a apresentar considerações relevantes para a análise. Além de abordar as legislações

que deram suporte para a implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil.

O terceiro capítulo apresenta o caminho metodológico utilizado na pesquisa, com a descrição das abordagens utilizadas, etapas da pesquisa e instrumento definido para coletar os dados, em seguida descrevemos uma síntese das características do *Campus* escolhido para a pesquisa.

O quarto capítulo traz as análises dos dados dos objetivos específicos: primeiro em contextualização do Programa Nacional de Assistência Estudantil com a Política de Assistência Estudantil e o Programa de Assistência Estudantil do IFMS. Em seguida, são evidenciados o perfil socioeconômico do estudante da educação profissional de nível médio integrado e do estudante, desse mesmo nível, beneficiados pelo PAES, *Campus* Campo Grande. Na sequência são aferidos os indicadores do PAES: auxílios ofertados, estudantes atendidos, estudantes beneficiados evadidos, estudantes beneficiados que concluíram o curso, da educação profissional de nível médio integrado, *Campus* Campo Grande, e depois foi comparada a taxa de evasão dos estudantes atendidos pelo PAES com os estudantes que não são atendidos pelo Programa.

O quinto capítulo apresenta como ocorreu à elaboração do produto educacional, inclusive, sendo descrito sinteticamente. Em seguida, são apresentados os resultados e analisadas a avaliação da aplicação do produto educacional.

Por fim, o sexto capítulo traz as considerações finais em que são apresentados os resultados da pesquisa e as considerações do produto educacional. Nos apêndices são registrados o instrumento utilizado para coletar os dados da avaliação do produto educacional e a capa com o *link* de acesso ao produto educacional.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 Abordagem de Ciclo de Políticas

Para Ozga (2000, p.19), política “é algo sobre o qual se discute que não se oferece, em lápides de pedra, a populações que se mostram receptivas e gratas por isso”. Segundo a autora, essa está inserida em um campo de disputa, de negociações e de contradições e que, de modo consequente, em um contexto de política educacional, pode abarcar diversos agentes, tais como: Instituições, pró-reitorias e diretorias de ensino, docentes, técnicos administrativos, estudantes, pais e responsáveis, entre outros.

O campo analítico de Políticas Públicas, especialmente direcionadas à educação, passa por um processo de ressignificação. No decorrer dos tempos, a análise das políticas volta o seu olhar para percepções de como a política é construída, em que contexto essa está inserida e, sobretudo, qual é a sua intenção.

Neste contexto, Ball (2011) compreende que a aplicação do método de ciclo de políticas permite analisar a política em sua totalidade. Mainardes (2006) e Mainardes, Ferreira, Tello (2011) afirmam que a análise, por meio desse método, é versátil e dinâmica. Mainardes e Marcondes (2009), na publicação “entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional publicada na Revista Educação e Sociedade”, descrevem o entendimento de Ball sobre o ciclo de políticas, a saber:

[...] o ciclo de políticas é um método. Ele não diz respeito à explicação das políticas. É uma maneira de pesquisar e teorizar as políticas. Algumas pessoas o leram e interpretaram como se eu estivesse descrevendo políticas e os processos de elaborá-las. O ciclo de políticas não tem a intenção de ser uma descrição das políticas, é uma maneira de pensar as políticas e saber como elas são “feitas”, usando alguns conceitos que são diferentes dos tradicionais, como, por exemplo, o de atuação ou encenação (enactment) (MAINARDES; MARCONDES, 2009, p. 304-305).

Nessa perspectiva, indo para além da concepção linear, na entrevista Ball enfatiza que os agentes, ao tornarem a política em ação, o fazem conforme sua interpretação e concepção, segundo o entrevistado, este procedimento é de certa forma complexo. Assim, no campo da atuação/encenação, ele explica que a “[...]”

realidade da peça apenas toma vida quando alguém a representa” (MAINARDES; MARCONDES, 2009, p. 305).

Mainardes (2006; 2007), ao citar Ball e seus colaboradores, adere ao método de análise do ciclo de políticas, o qual é constituído por: contexto de influência, contexto de produção de texto, contexto da prática, esses considerados primários, e pelos contextos: resultados, efeitos e estratégia política.

Com relação ao contexto da influência, a construção de uma política ocorre por meio de disputa e influência de poder dos agentes que a elaboram, Mainardes (2018) destaca que o contexto histórico da política analisada deve ser observado “pois geralmente políticas similares já foram propostas antes do surgimento de uma “nova política”. É necessário explorar as escalas internacional/global, nacional, local” (p. 13). Dessa forma, esse contexto pode ser analisado “[...] pela pesquisa bibliográfica, entrevista com formuladores de políticas e com demais profissionais envolvidos [...]” (MAINARDES, 2006, p. 59).

O contexto de produção de textos corresponde à formalização dos textos políticos. Esses textos são produzidos e materializados dentro de um processo de disputa e luta de interesses, dessa forma, simbolizam produtos do que foi acordado durante a sua elaboração (MAINARDES, 2006). Ao interpretá-los se deve observar a temporalidade e o ambiente da sua construção. Segundo Mainardes (2006, p. 59), a análise desse contexto pode considerar “[...] a análise de textos e documentos, entrevistas com autores de textos de políticas, entrevistas com aqueles para os quais tais textos foram escritos e distribuídos”.

Para Mainardes (2018), a análise dos textos, de forma crítica, abarca:

- a) identificação da teoria do problema (que deu origem à política) e da teoria da política (seus fundamentos), bem como de possíveis desencontros e fragilidades tanto da teoria do problema quanto da teoria da política; b) análise discursiva dos textos para identificar seus fundamentos, ideologias subjacentes, incoerências, termos que se repetem; c) identificação das redes políticas e sociais envolvidas na formulação da política e dos seus textos; d) fundamentos teóricos - epistemológicos explícitos ou implícitos (conceitos, autores), entre outros elementos (MAINARDES, 2018, p. 13).

Nesse sentido, os itens relacionados acima visam contribuir para a análise crítica de políticas, a fim de ultrapassar a barreira do posicionamento neutralista de quem analisa. Mainardes (2018) destaca que uma forma que deixa a análise “rica” é levar para o corpo do texto conceitos de políticas e teorias e posições de autores que estudam o tema.

No que tange ao contexto da prática, em entrevista concedida a Mainardes, Marcondes (2009), Ball enfatiza que a política é considerada texto e a prática é considerada uma ação, portanto, a prática que está relacionada com a política em ação, em que os atores, ao colocá-la em ação, a interpreta e reinterpreta, a fim de colocar o texto em prática, nesse momento, em transformar a política em ação, os atores entram em um campo de disputa, de interesse de poder e de resistência, entre outros aspectos, e tudo isso deve ser levado em consideração na análise (MAINARDES, 2006).

O contexto dos resultados ou efeitos está inserido no contexto da prática (MAINARDES, FERREIRA, TELLO 2011; MAINARDES 2018) e “preocupa-se com questões de justiça, igualdade e liberdade individual” (MAINARDES, 2006, p. 54). Para a análise desse contexto devem ser considerados: “análise de estatísticas, de relatórios oficiais; entrevistas com os responsáveis pelas políticas; entrevistas com sujeitos envolvidos na política; análise de observações do contexto da prática, etc” (BALL, 1994 *apud* MAINARDES, 2018, p. 14).

O contexto da estratégia está relacionado com a ressignificação da política, em que o investigador constata na política analisada “desigualdades criadas ou reproduzidas pela política” e propõe ações sociais e “novas políticas” para corrigi-las (MAINARDES, 2006; 2018). A análise desse contexto “envolve, portanto, um exercício propositivo a partir dos dados e constatações da pesquisa” (MAINARDES, 2018, p. 14).

Por fim, o ciclo de política visa possibilitar ao pesquisador um método de análise de políticas, em diferentes contextos, que são versáteis, dinâmicos, inter-relacionados, não lineares e não sequenciais, que viabilizam ao pesquisador compreender como a política é interpretada, reinterpretada e colocada em prática.

2.2 Política Pública de Educação: a questão da Assistência Estudantil nos Institutos Federais

2.2.1 Políticas Públicas de Educação voltadas para a permanência: bases legais

Nos primórdios do processo de formação da sociedade, a Educação se afigurou como privilégio dos filhos da classe dominante (SAVIANI, 2007), e no decorrer da história essa passa a ser um direito, que abrange a todos, ou seja, o que antes era uma prerrogativa dos filhos da classe dominante passa a ser garantido também aos filhos da classe trabalhadora.

A Constituição Federal (CF) de 1988 materializa o direito de acesso à educação dos indivíduos, ao estabelecer, no art. 205, que a Educação é direito de todos. Entre seus princípios, no art. 206, inciso I, a Carta Magna assegura que todos os indivíduos devem ter as mesmas oportunidades para ingressar nas Instituições de Ensino e nessas se manterem, de forma exitosa, até a conclusão de sua formação (BRASIL, 1988). Posteriormente, esse dispositivo foi consolidado por outras legislações, tais como: a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nos termos do art. 3º, inciso I (BRASIL, 1996); e a Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Médio (DCNEPTNM), conforme art. 39, inciso III (MEC, 2012).

Outro dispositivo legal que visa contribuir para o acesso e permanência dos estudantes nas Instituições de Ensino são: o art. 208, inciso VII da CF (BRASIL, 1988) e o art. 4º, inciso VIII da LDB (BRASIL, 1996), que obrigam o Estado a fomentar “programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” com a intenção de viabilizar instrumentos para que o estudante possa acessar e permanecer na Instituição de Ensino.

Alicerçado no art. 214 da CF e nos art. 9º, inciso I (BRASIL, 1988), e 87, §1º, da LDB (BRASIL, 1996), o Plano Nacional da Educação (PNE) foi instituído pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, e tem por finalidade traçar diretrizes e metas com o propósito de conduzir e fundamentar a formulação de política pública educacional. Tal plano possui, entre os seus objetivos, “a redução das desigualdades

sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública” (BRASIL, 2001). A implementação desse plano foi mais um aporte legal para a promoção da Política Pública voltada para Assistência Estudantil na Instituição de Ensino.

Zago (2006, p. 228) destaca que a legitimação da democratização da educação “requer certamente políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, mas requer também políticas voltadas para a permanência dos estudantes”. Nesse contexto, as Políticas Públicas possuem um papel de materializar o direito dos indivíduos já garantidos pelos dispositivos legais.

Outras Políticas Públicas educacionais importantes voltadas para o acesso e a permanência dos estudantes são: a Lei das Ações Afirmativas, Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012); e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, (BRASIL, 2010). A Lei das Ações Afirmativas tem o propósito de democratizar o acesso aos cursos das Universidades Federais e das Instituições Federais de Ensino Técnico de nível médio. Para isso, reserva vagas aos estudantes provenientes de escola pública, negros, pardos, indígenas e deficientes (BRASIL, 2012). O PNAES, por sua vez, tem como desígnio a permanência dos estudantes na Instituição de Ensino (BRASIL, 2010).

Tais políticas têm a intenção de subsidiar a efetivação dos objetivos do Estado, bem como a redução das desigualdades sociais. Portanto, dão suporte para incluir, de maneira diferente, os desiguais, para que eles possam, de alguma forma, através de práticas educacionais, transformar a sua realidade e superar a desigualdade.

O PNE, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, estabelece em seu escopo a ampliação do acesso e inclusão de recursos a serem aplicados na Assistência Estudantil, da Educação Profissional técnica de nível médio. Isso pode ser observado na meta 11 e suas estratégias:

Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público. 11.1) expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com

arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional; [...] 11.9) expandir o atendimento do Ensino Médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades; [...] 11.12) elevar gradualmente o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos (as) estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio [...] (BRASIL, 2014, n.p.).

Nesse contexto observamos com o aparato legal mencionado que o Estado, aos poucos, corrobora com o anseio em impulsionar a expansão da Educação Profissional Técnica de nível médio e reduzir a desigualdade social, de tal forma que apresenta, entre as suas estratégias, ações visando aumento da inclusão de grupos, os quais, ao longo da história foram excluídos. Igualmente, visa ampliar o investimento em Programas de Assistência Estudantil, para que o estudante possa amenizar as questões de dificuldades econômicas e se manter na Instituição de Ensino, a fim de concluir com sucesso o curso de educação profissional técnica de nível médio.

Frente a isso, é possível depreender que, sendo a educação um direito, devendo ser garantido seu acesso e permanência, faz-se necessária a promoção de Políticas Públicas educacionais, tais como a da Assistência Estudantil, com o intuito de amparar o direito dos estudantes de permanecer na Instituição de Ensino, em especial, os filhos da classe trabalhadora.

2.2.2 A Assistência Estudantil nos Institutos Federais

Na perspectiva de Política Pública que, antes de ser implementada, muitas vezes, passa por um processo que abarca negociação, lutas e hegemonias (LOPES; MACEDO, 2011), a Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (BRASIL, 2010) é uma conquista das lutas pelos movimentos sociais, tais como: a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários (FONAPRACE) (JESUS; MAYER; CAMARGO, 2016).

Segundo Jesus, Mayer e Camargo (2016), Vasconcelos (2010) e Taufick (2014), a ascensão da assistência estudantil foi corporizada mediante movimento social marcado por discussões e pesquisas promovidas pelo FONAPRACE, que culminou na elaboração de uma proposta, a qual foi encaminhada ao Ministério da Educação (MEC), denominada Plano Nacional de Assistência Estudantil, resultando

na Portaria Normativa nº 39 de 12 de dezembro de 2007 (MEC, 2007), Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Tal proposta teve entre os objetivos:

– garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida; – garantir recursos extraorçamentários destinados a Assistência Estudantil a matriz orçamentária anual do MEC destinados as IFES; – viabilizar a igualdade de oportunidades aos estudantes das IFES, na perspectiva do direito social assegurado pela Carta Magna; – promover o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social e democratização do ensino; – promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios: cultural, esportivo, artístico, político, científico e tecnológico. (FONAPRACE, 2007, p. 11)

Nesse contexto, convém destacar que as discussões e pesquisas promovidas pelo FONAPRACE eram voltadas aos estudantes dos cursos de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior; por isso, o PNAES, ao ser implementado via Portaria do MEC (2007), restringe o seu acesso a esse público.

No ano de 2009, a Rede Federal EPCT pactuou um Termo de Acordo de Metas e Compromissos (TAM) com o MEC, representado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), com a finalidade de colaboração entre as partes. Entre os compromissos, as responsabilidades e as obrigações estabelecidos no TAM se tem:

[...] compromisso dos Institutos Federais – IF com diversidade, com a redução das barreiras educativas e com a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas, implica na ampliação de políticas de inclusão e **assistência estudantil** [...]; DO MEC/SETEC [...] Prover recursos específicos para acréscimo à matriz orçamentária (OCC) no montante de dez por cento, para custear programas de apoio a projetos de **assistência estudantil** como mecanismos que promovam à adoção de políticas afirmativas, democratização do acesso, a permanência e êxito no percurso formativo e a inserção socioprofissional, tendo como pressuposto a inclusão de grupos em desvantagem social; [...] DO INSTITUTO [...] Desenvolver programas de apoio a projetos de **assistência estudantil** como mecanismos que promovam a adoção de políticas afirmativas, democratização do acesso, a permanência e êxito no percurso formativo e a inserção socioprofissional, tendo como pressuposto a inclusão de grupos em desvantagem social [...] (MEC; IFES, 2009, p. 2-6, *grifos nossos*).

De modo geral, o pacto firmado consolida a função social dos Institutos Federais na luta contra as desigualdades sociais, Aguiar e Pacheco (2017, p. 19) destacam que a nova Política de Educação Profissional e Tecnológica visa

“promoção da justiça social, na equidade, no desenvolvimento sustentável com inclusão social, na busca por soluções tecnológicas e inovadoras e na socialização do conhecimento científico”.

A assistência estudantil, como conquista de Política Pública, foi efetivada por intermédio do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010), o qual trouxe como público-alvo os estudantes dos cursos de graduação da Educação Pública Federal. Em seu art. 4º, o legislador assegurou que as ações da assistência são abarcadas aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, de forma a contemplar as suas especificidades:

As ações de assistência estudantil serão executadas por Instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente. Parágrafo único. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (BRASIL, 2010, n.p.).

Pode-se dizer que as especificidades estabelecidas no PNAES (BRASIL, 2010) estão dispostas na Lei de Criação dos Institutos Federais, Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que têm entre suas finalidades e características, que a educação profissional e tecnológica deve ser promovida em diferentes níveis e modalidades (BRASIL, 2008).

Apesar de o decreto mencionar as especificidades dos Institutos Federais, deixou incertezas quanto à garantia de promoção das ações de assistência aos estudantes de outros níveis e modalidades de ensino. Tal incerteza levou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) a promover eventos para discutir a assistência estudantil na Rede Federal EPCT. Além de instituir Grupo de Trabalho (GT) com representação de gestores para ampliar o diálogo acerca da assistência estudantil (CONIF, 2018; JESUS, 2016; SOUZA, 2017).

A partir das discussões promovidas nos eventos, os gestores da Rede Federal EPCT construíram a proposta de um novo Decreto do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que atenda como um todo as particularidades da rede. No entanto, infelizmente, a proposta não foi materializada como Política

Pública (JESUS, 2016; SOUZA, 2017; FERREIRA; SOUZA, 2019).

Frente a tudo isso, a assistência estudantil da Rede Federal EPCT pode ser compreendida:

[...] numa perspectiva da educação como direito em compromisso com a formação integral do sujeito. [...] como uma política que estabelece um conjunto de ações que buscam reduzir as desigualdades socioeconômicas e promover a justiça social no percurso formativo dos estudantes. [...] destina-se aos estudantes matriculados na Rede EPCT, independentemente da modalidade de ensino, prioritariamente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social (IFG, s./d., p. 1).

Nesse sentido, as ações da assistência estudantil podem ser vistas como uma maneira de contribuir para a superação das desigualdades sociais dentro do espaço escolar, de maneira a oportunizar condições igualitárias para que os estudantes, em especial os filhos da classe trabalhadora, em situação de vulnerabilidade social, tenham uma formação integral, ou seja, oportunizar ao estudante uma formação profissional e tecnológica de qualidade, humanizadora, que lhe possibilite a conclusão do curso, bem como escolher se quer prosseguir nos estudos ou adentrar no mundo do trabalho.

Consoante ao Decreto nº 7234/2010, para a implantação das ações, os Institutos Federais receberam recursos financeiros via ação orçamentária 2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2010; IFMS, 2012; TAUFICK, 2014) com a “finalidade de assistir aos estudantes [...] suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho escolar. É uma atividade de apoio” (IFMS, 2015, p. 83) para realizar ações de assistência estudantil em diferentes áreas.

Nesse contexto, essas ações devem priorizar os educandos de um determinado perfil socioeconômico, tal como: provenientes de escola pública ou “renda familiar *per capita* de até um salário-mínimo e meio”, ainda, podendo cada Instituição analisar o seu contexto local e regional, estabelecer “critérios de seleção” para concessão de benefícios aos estudantes. Além disso, as Instituições têm a responsabilidade de sistematizar mecanismos de monitoramento e avaliação do programa (BRASIL, 2010).

2.3 A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) integra a história centenária da Educação Profissional (EPT) brasileira. Tal história, contou como marco inicial a publicação do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, que instituiu as Escolas de Aprendizes Artífices. De acordo com o decreto, as escolas foram voltadas ao “ensino profissional primário e gratuito”, sua criação foi, expressamente, justificada para atender a sociedade pauperizada, com a finalidade de preparar “os filhos dos desfavorecidos da fortuna” para uma formação “técnica e intelectual” (BRASIL, 1909, n.p.).

No decorrer dos tempos, a sociedade passou por transformações e, como isso, ocorreu os avanços industriais, tecnológico-científicos. Para atender as demandas, advindas dessas transformações, a educação se tornou basilar e, gradativamente, se modificou. As Escolas de Aprendizes e Artífices foram se transformando em Liceus Industriais, por meio da Lei nº 378/1937, os quais foram “destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus” (BRASIL, 1937, n.p.).

O Decreto-Lei nº 4.127/42 passou a transformar os Liceus Industriais em Escolas Industriais e Técnicas. As formações direcionadas às Escolas Técnicas foram voltadas para o ensino técnico e ensino pedagógico. Já as Escolas Industriais foram focalizadas para cursos de Industrial Básico, Mestria, Artesanal e Aprendizagem (BRASIL, 1942, n.p.). Em seguida, o Decreto-Lei nº 9.613/46 estabeleceu “ensino até o segundo grau” para “preparação profissional dos trabalhadores da agricultura” por meio da Lei Orgânica do Ensino Agrícola (BRASIL, 1946, n.p.).

Em 1959, nomenclatura das Escolas Industriais e Técnicas Escolas começou a transformar em Escolas Técnicas Federais, (MEC, [201?]). Já a transformação para os Centros Federais de Educação Tecnológica começou em 1978, em seguida foi suspensa por um período, retornou, progressivamente, em 1993, ganhando força, em 1994, com a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, com a Lei nº 8.948/1994. (MEC, [201?]).

As transformações da Educação Profissional e Tecnológica foram atreladas ao processo de evolução da economia brasileira e a necessidade de formação da classe trabalhadora para atender uma configuração do mercado (PEREIRA, 2003). Diante desse contexto, a educação se estabeleceu de forma dualista, sendo

ofertada de maneiras diferentes conforme a classe social. De um lado, foi ofertada uma formação direcionada aos que vivem do trabalho com a intenção de qualificar o trabalhador para atender uma necessidade do mercado e, de outro, para a classe dirigente (KUENZER, 2007).

A perspectiva de superação dessa dualidade vem com a publicação da LDB de 1996, segundo Kuenzer, Grabowski (2007),

[...] a educação profissional, no que estabelece a LDB (BRASIL, 1996d), por se desenvolver de forma sistematizada em instituições próprias ao ensino, inscreve-se no âmbito da educação escolar e articula-se à formação básica que deve ser comum a todos os brasileiros e brasileiras, de modo a assegurar-lhes a formação indispensável ao exercício da cidadania, à efetiva participação nos processos sociais e produtivos e à continuidade dos estudos, na perspectiva da educação ao longo da vida. Integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, sua finalidade é conduzir ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva [...] (KUENZER; GRABOWSKI, 2007, p.298).

Prosseguindo o contexto de educação orientada a superação dualista, os Institutos Federais foram criados, em 2008, pela Lei nº 11.892, com a finalidade de conceder “educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades”, ou seja, oferta cursos de formação inicial e continuada, técnicos, superiores de tecnologia, licenciatura, bacharelado, mestrado e doutorado (BRASIL, 2008, n.p.).

De acordo com Pacheco, (2010):

Na proposta dos Institutos Federais, agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (compreendendo-o em seu sentido histórico, mas sem deixar de firmar o seu sentido ontológico) e discutir os princípios das tecnologias a ele concernentes dão luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica. O que se propõem é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos (PACHECO, 2010, p.12).

Dessa forma, os Institutos Federais surgem num contexto de educação voltada para a formação integral e humana, valorizando a educação profissional e tecnológica, tendo a formação profissional voltada para o trabalho com princípio educativo alicerçado em princípios, valores, inclusão e transformação social direcionando o estudante ao exercício da cidadania.

3 METODOLOGIA

De acordo com Dalfarra e Lopes (2013), empregar mais de uma abordagem na pesquisa oportuniza ao pesquisador compreender, de forma ampla, os problemas e objetos estudados. Nesse contexto, foram utilizadas, nesta pesquisa, as abordagens qualitativa e quantitativa. Ferreira (2015, p.115) esclarece que a diferença entre as duas abordagens é a maneira como pode ser retratada a realidade “através de números [...] ou de aspectos subjetivos [...]”.

A abordagem quantitativa possibilita mensurar as informações, o que torna mais palpável a compreensão dos efeitos e resultados dos objetivos específicos da pesquisa. A abordagem qualitativa propicia interpretar os fenômenos subjetivamente, com a perspectiva de encontrar significados, motivos, crenças, valores e atitudes no objeto estudado (MINAYO, 2002).

Quanto à finalidade, a pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória propicia a compreensão do objeto estudado (GIL, 2008), segundo o autor, por muitas vezes este tipo de pesquisa toma a forma de estudo de caso (GIL, 2008). Com relação à pesquisa descritiva, Vergara (2006) destaca ser um instrumento de pesquisa oportuno, pois visa apresentar as particularidades de um dado acontecimento.

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, *Campus* Campo Grande, tendo como foco os estudantes da educação profissional de nível médio integrado, beneficiados pelo PAES. Optamos em realizar a pesquisa nesse *campus* por apresentar maior número de matriculados, conforme dados da PNP¹, e por se localizar na capital do Estado. Dessa forma, foi solicitada, junto à direção do *campus*, autorização para que fosse realizada a pesquisa.

Os procedimentos utilizados: levantamento bibliográfico e análise documental, tais como: leis, decretos, resoluções, portarias, livros, teses, dissertações, monografias, artigos, revistas; documentos institucionais - plano de desenvolvimento institucional, relatórios de gestão, políticas e programas institucionais, entre outros. Além de dados abertos disponíveis para acesso público - na página do IFMS, Plataforma Nilo Peçanha (PNP)², entre outros. Durante o levantamento bibliográfico

¹ Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2019.

² Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2019.

e análise documental, estão sendo registradas, por meio de um relatório de pesquisa, todas as informações relevantes para o desenvolvimento do produto educacional. Os objetivos da pesquisa foram alcançados a partir dos instrumentos e questionamento descritos no Quadro 1.

Quadro 1 – Descrição dos objetivos, questionamentos e instrumentos.

Objetivos	Questionamentos	Instrumentos
Contextualizar o Programa Nacional de Assistência Estudantil com a Política de Assistência Estudantil e o Programa de Assistência Estudantil do IFMS.	a) Como aconteceu a materialização da Política de Assistência Estudantil e do Programa de Assistência Estudantil do IFMS? b) A Política e programa estão consoantes ao Programa Nacional de Assistência Estudantil? c) Como começou a construção do texto da política? (MAINARDES, 2006, p. 66). d) Quais os grupos de interesse representados no processo de produção do texto da política? (MAINARDES, 2006, p. 67). e) É possível identificar interesses e opções não explicitados (ocultos) no texto? (MAINARDES, 2006, p. 67).	Análise documental
Evidenciar o perfil socioeconômico do estudante da educação profissional de nível médio integrado e do estudante, desse mesmo nível, beneficiados pelo PAES, Campus Campo Grande.	a) Qual é o perfil do estudante da educação profissional de nível médio integrado do Campus Campo Grande? b) Qual é o perfil do estudante que é beneficiado pelo PAES da educação profissional de nível médio integrado do Campus Campo Grande? c) O perfil está coerente com a legislação? d) Qual produto educacional pode ser desenvolvido para o perfil evidenciado?	Análise de dados do Questionário Socioeconômico IFMS (2018/1)
Aferir os indicadores do PAES: auxílios ofertados, estudantes atendidos, estudantes beneficiados evadidos, estudantes beneficiados que concluíram o curso, da educação profissional de nível médio integrado, Campus Campo Grande.	a) Todos os auxílios ofertados foram preenchidos? b) Quantos estudantes da educação profissional de nível médio integrado foram atendidos pelo PAES? c) Qual é o percentual de estudantes beneficiados pelo PAES que concluíram o curso? d) Qual é o percentual de estudantes beneficiados pelo PAES que evadiram do curso? e) Qual é a relação de inscritos por vaga dos auxílios ofertados? f) Qual produto educacional pode ser desenvolvido a partir dos indicadores analisados?	Análise de dados Sistema Acadêmico (SIGA) e do Edital nº 012/2018 - PROEN/IFMS
Comparar a taxa de evasão dos estudantes atendidos pelo PAES com os estudantes que não são atendidos pelo programa.	a) Existe diferença da taxa de evasão dos estudantes atendidos pelo PAES com os estudantes que não são atendidos pelo programa?	Análise de dados Sistema Acadêmico (SIGA)

Fonte: elaborado pelos autores.

Para contextualizar o Programa Nacional de Assistência Estudantil com a Política de Assistência Estudantil e o Programa de Assistência Estudantil do IFMS, foram utilizadas contribuições de análise de ciclo de política de Ball e colaboradores, tendo aporte as perspectiva de Mainardes (2006; 2011; 2018), com foco no contexto de produção de textos e o contexto dos resultados/efeitos, entretanto, sem deixar de considerar os outros contextos, a fim de evidenciar como vêm se configurando os processos de materialização.

Conforme destaca Mainardes (2006; 2011; 2018), Ball e colaboradores defendem a utilização de análise de ciclo de políticas nos contextos: *o contexto da influência* – em que as políticas são construídas por meio de disputa de interesses; *o contexto da produção do texto* – momento em que os acordos são selados e o documento é formalizado; *o contexto da prática* – lugar no qual a política é interpretada e reinterpretada na compreensão dos agentes que a utilizam; *o contexto dos resultados/efeitos* – avalia o alcance da política na perspectiva de justiça social e desigualdade; *o contexto de estratégia* – serve de suporte para ressignificar a política e corrigir as desigualdades encontradas.

Para evidenciar o perfil socioeconômico dos estudantes da educação profissional de nível médio integrado e dos estudantes, desse mesmo nível, beneficiados pelo PAES, recorreremos ao banco de dados do questionário socioeconômico³ do ano de 2018/1, *Campus* Campo Grande, preenchido no primeiro semestre.

A fim de aferir os indicadores: auxílios ofertados, estudantes atendidos, estudantes evadidos beneficiados, estudantes que concluíram o curso beneficiados, estudantes por faixa de renda per capita, bem como comparar a taxa de evasão dos estudantes atendidos pelo PAES com os estudantes, que não são atendidos pelo programa, foram utilizados os dados do Edital nº 012/2018 - PROEN/IFMS, primeira chamada e do Sistema Acadêmico (SIGA).

A partir dos resultados dos objetivos, alcançamos o objetivo principal que foi desenvolver um produto educacional. De acordo com a Capes (2019, p.16), o produto educacional é desenvolvido “a partir de uma atividade de pesquisa”. Nessa perspectiva, toda pesquisa serviu de suporte para o desenvolvimento do produto intitulado “MANU: Manual de Auxílio Estudantil”, que é material textual, elaborado na

³ Disponível em: http://sistemas.ifms.edu.br/questionario_socioeconomico/. Acesso em: 17 jul. 2019.

versão gratuita do *site Canva*, com a utilização do banco de imagens gratuitas do *Canva*, do *wordart* e de “*avatares*” disponíveis no aplicativo *Bitmoji*. O manual foi desenvolvido na intenção de ser disponibilizado no meio digital de acesso público, formato PDF.

Além do material textual, desenvolvemos um subproduto - um vídeo intitulado “PE - Programa de Assistência Estudantil (PAES)”, por meio do programa vídeo *scribe*, depois esse foi postado no *YouTube* <<https://www.youtube.com/watch?v= 0I2waEOc88>> e inserido o *link* do vídeo no manual, por meio de *hiperlink*.

O MANU: Manual de Auxílio Estudantil e o vídeo – PE - Programa de Assistência Estudantil (PAES) foram desenvolvidos para orientar os estudantes ingressantes na Instituição, que se enquadram no critério de vulnerabilidade social, acerca do Programa de Assistência Estudantil e o processo de seleção.

Conforme orientação do programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (PROFEPT) e da Capes (2019) o produto educacional deve passar por um processo de avaliação da aplicação, dessa forma, o processo ocorreu por meio de aplicação de um questionário semiestruturado com quatro perguntas fechadas e uma pergunta aberta. A elaboração do questionário foi inspirada nos artigos “Proposta de avaliação coletiva de materiais educativos em Mestrados Profissionais na Área de Ensino” e ‘Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos” da autora Leite (2019), conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Descrição das categorias avaliadas e a proposta de avaliação Leite (2019).

Categorias	Perguntas realizadas	Proposta de avaliação de Leite (2019).
Linguagem clara e de fácil compreensão.	Considerando que o Manual de Auxílio Estudantil é destinado aos estudantes do Ensino Médio integrado, você considera que ele possui linguagem clara e de fácil compreensão aos estudantes?	“A forma de apresentar os referenciais teóricos utilizados é clara e de fácil entendimento?” (p.11).

Categorias	Perguntas realizadas	Proposta de avaliação de Leite (2019).
Aspectos estéticos (artes/visual).	Em sua opinião, os aspectos estéticos (artes/visual) do Produto Educacional estão atrativos aos estudantes?	Devem-se levar em consideração “as cores usadas, os tipos e tamanho das letras, [...] criatividade na diagramação [...] nas imagens utilizadas [...]” (p.10).
Acessibilidade da informação/ autonomia do estudante.	Você considera que Manual de Auxílio Estudantil pode contribuir para a democratização e acessibilidade da informação, no sentido em que pode possibilitar ao estudante autonomia para compreender sozinho o Programa de Assistência Estudantil e das documentações necessárias para concorrer o edital?	“Apresenta escrita acessível, evitando palavras desnecessárias e difíceis de entender?” (p.11),
Documentações.	No que tange a parte que trata sobre as documentações, você considera que pode contribuir para a diminuição dos erros de entrega das documentações pelo estudante?	-
Opinião/ contribuição.	Aqui, reservamos um espaço para você registrar a sua opinião sobre Produto Educacional e, caso queira, contribuir com sugestões de melhorias, inclusões, supressões e mudanças que considerar relevantes para o Manual de Auxílio Estudantil.	-

Fonte: elaborado pelos autores.

Justificamos que, em virtude da Pandemia que assolou o Mundo, provocada pela disseminação do Coronavírus (COVID-19), que ocasionou o isolamento social no país e no Estado de Mato Grosso do Sul, levando o IFMS a suspender as aulas presenciais e ofertando aulas no formato de atividades não presenciais, via plataforma digital, alteramos a forma de aplicação do questionário, assim, o questionário foi enviado via *Google Forms* aos estudantes e técnicos administrativos, foram obtidos 9 voluntários, sendo 5 técnicos e 4 estudantes.

Convém destacar que foi assegurado aos voluntários o direito de desistir de participar da pesquisa e de não responder parte das questões propostas. Assim, o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) foi utilizado para resguardar os voluntários. Além disso, garantimos também o anonimato do participante e confidencialidade dos dados obtidos.

Os dados foram analisados por meio da Análise de Conteúdo de Bardin (2011), técnica de análise categorial temática, que se fundamenta em classificar as respostas a serem analisadas em categorias, de forma a captar e interpretar o discurso exposto (implícito ou explícito). Dessa forma, respostas da pergunta aberta foram agrupadas em categorias de semelhança de repetição (BARDIN, 2011), e também foram utilizadas para a interpretação dos resultados das perguntas fechadas.

Destacamos que pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil e teve parecer aprovado pelo Comitê de Ética em Universidade Anhanguera – UNIDERP, número do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética - CAAE 33806720.2.0000.5161, número do parecer 4.186.441.

3.1 *Locus* da pesquisa

Criado pelo processo de expansão, Lei nº 11.892, de 28 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), o IFMS faz parte do marco histórico da educação profissional técnica e tecnológica do Estado de Mato Grosso do Sul. A trajetória da Instituição se inicia com a Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007 que instituiu a Escola Técnica Federal de Mato Grosso do Sul, na capital de Campo Grande, e a Escola Agrotécnica Federal, no município de Nova Andradina (IFMS, 2014c; 2018e).

O IFMS é uma Instituição Pública, gratuita de Educação Profissional e Tecnológica. É uma autarquia com “autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar” (BRASIL, 2008). Nos termos do art. 2º da lei, é uma Instituição com multicampi e pluricurricular, com Educação Superior, Básica e Profissional, tendo como missão a excelência na educação, na perspectiva de um “profissional humanista e inovador, com vistas a induzir o desenvolvimento econômico e social local, regional e nacional” (IFMS, 2018e, p. 30).

Sua estrutura é constituída de reitoria, localizada na cidade de Campo Grande, e 10 *campi*: *Campus* Aquidauana, *Campus* Campo Grande, *Campus* Corumbá, *Campus* Coxim, *Campus* Dourados, *Campus* Jardim, *Campus* Naviraí, *Campus* Nova Andradina, *Campus* Ponta Porã e *Campus* Três Lagoas.

A implantação desses *campi*, nessas localidades e regiões, parte do compromisso da Instituição em responder as demandas por uma educação

profissional técnica e tecnológica de qualidade, na perspectiva de contribuir com desenvolvimento econômico e social local, regional e nacional, de forma inclusiva.

De acordo com os dados da PNP⁴ (2019), o IFMS possui 207 cursos: (a) Formação Inicial Continuada (FIC); (b) Técnicos Nível Médio: Integrado; PROEJA; e Subsequente; (c) Graduação: Tecnologia; Bacharelado; e Licenciatura; (d) Pós-Graduação: Especialização (*Lato Sensu*); e Mestrado. O total de estudantes matriculados no IFMS é de 12.104, tendo 1.928 estudantes concluintes.

O *Campus* Campo Grande, local da pesquisa, foi criado em 2008, com a expansão da educação profissional e tecnológica. Seu funcionamento teve início em 2011, por meio da Portaria MEC nº 79, de 31 de janeiro de 2011, em uma instalação provisória, mudando para a infraestrutura definitiva em 2017. A infraestrutura é constituída de: laboratórios, salas de aulas, cantina, quadra poliesportiva e biblioteca. Conta, também, com uma equipe multiprofissional qualificada para atendimento dos estudantes. (IFMS, 2018e).

Conforme os dados da PNP⁵ (2019), o *campus* possui 27 cursos, entre esses: (a) Formação Inicial Continuada (FIC); (b) Técnicos Integrado de Nível Médio em: Eletrotécnica Informática e Mecânica, Técnico Subsequente em Informática; (c) Graduação em Sistema para Internet; (d) Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica; e (e) Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT). O total de estudantes matriculados no *campus* é de 1.717, tendo 193 estudantes concluintes. O total de estudantes matriculados nos cursos Técnicos Integrado de Nível Médio é de 972 estudantes, tendo 69 estudantes concluintes.

⁴ Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2019.

⁵ Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2019.

4 RESULTADOS

4.1 Contextualização do Programa Nacional de Assistência Estudantil com a Política de Assistência Estudantil e o Programa de Assistência Estudantil do IFMS

Esta seção tem como objetivo contextualizar o Programa Nacional de Assistência Estudantil com a Política de Assistência Estudantil e o Programa de Assistência Estudantil do IFMS, trazendo um viés do contexto de produção de textos, entretanto, sem deixar de lado os demais contextos, a fim de evidenciar como vêm se configurando os processos de materialização.

Mainardes (2006) apresenta que a análise de políticas, por meio do contexto de produção de textos, deve ser desenvolvida por meio de documentos oficiais, fontes formais e informais acerca dos documentos oficiais, entre outros instrumentos. Nesse sentido, para se alcançar o objetivo, consultamos diferentes fontes: Decreto nº 7.234/2010 (BRASIL, 2010), Política de Assistência Estudantil do IFMS, Programa de Assistência Estudantil do IFMS e relatórios de gestão, Plano de Desenvolvimento Institucional.

4.1.1 Breve Histórico da Política de Assistência Estudantil e o Programa de Assistência Estudantil no IFMS

A Política de Assistência Estudantil no IFMS foi institucionalizada em 2014, mediante aprovação da resolução do Conselho Superior (COSUP) nº 002, 27 de fevereiro de 2014 (IFMS, 2014d). Entretanto, antes mesmo de sua regulamentação, as ações de assistência já estavam sendo concretizadas na Instituição, conforme estabelecido pelo art. 7º do Decreto nº 7.234/2010 (BRASIL, 2010).

Conforme o relatório de gestão de 2011 (IFMS, 2012), com a assinatura do Termo de Acordo e Metas (TAM), em 2009, junto à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) (MEC; IFES, 2009), o IFMS firma o compromisso de efetuar ações de assistência estudantil por meio de programas, a fim de viabilizar a inclusão social de estudantes pertencentes a grupos socialmente menos favorecidos, mediante inserção de políticas afirmativas, democratização do acesso, permanência e êxito dos estudantes.

O contexto política da assistência estudantil foi construído concomitantemente com o crescimento da Instituição, o Decreto nº 7.234/2010 e Termo de Acordo e Metas (TAM) foram os principais documentos que influenciaram os processos de produção de textos relacionados à assistência estudantil do IFMS, segundo Mainardes (2006), o contexto de produção de textos está intrinsecamente inter-relacionado ao contexto de influência.

O começo da produção de textos acerca da assistência estudantil ocorreu por meio de edital produzido pela Pró-Reitoria de Extensão e Relações Institucionais (PROEX), o qual ofertou auxílios – permanência e alimentação – como o título de programas de assistência estudantil, aos estudantes dos cursos técnicos integrados de nível médio e do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) (IFMS, 2012).

O programa de auxílio-permanência teve início com os *campi* que ofertavam curso na modalidade PROEJA, em que o estudante se inscrevia para concorrer um auxílio no valor de R\$ 100,00. Neste ano, o programa de auxílio-alimentação teve início com os estudantes dos cursos técnicos integrados – *Campus Nova Andradina*. O auxílio foi oferecido no formato de tíquete-almoço no valor do auxílio R\$ 10,00 para ser usufruído no refeitório do próprio *campus*. O selecionado, conforme a situação de vulnerabilidade socioeconômica poderia receber até 22 tíquetes-almoço.

Ao longo do tempo, como retratado no Quadro 3, a oferta dos auxílios foi ampliada, passando a ser concedidos a estudantes dos cursos presenciais: técnico integrado (regular), superior e PROEJA. A moradia estudantil foi concedida aos estudantes do *Campus Nova Andradina*, selecionados por meio de edital específico, com o propósito de propiciar ao estudante um espaço físico com alojamentos e serviços de: refeitório, lavanderia, enfermaria e biblioteca, além de quatro refeições diárias: desjejum, almoço, jantar e ceia. Já o auxílio-viagem proporciona aos estudantes a participação em eventos, viagens e visitas técnicas, sendo concedido conforme demanda (IFMS, 2013; 2014b).

Quadro 3 - Histórico da Assistência Estudantil no IFMS

Histórico da Assistência Estudantil no IFMS	
2011	<ul style="list-style-type: none"> Assinatura do Termo de Acordo e Metas junto à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Início de programas de assistência estudantil, por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Institucionais (PROEX).
2012	<ul style="list-style-type: none"> Ampliação do Programa de Assistência Estudantil: foram ofertados auxílios-permanência a estudantes de cursos presenciais, técnico integrado; superior e Educação de Jovens e Adultos (EJA). <i>Campus</i> Nova Andradina: auxílios alimentação e moradia estudantil a estudantes dos cursos técnicos integrados.
2013	<ul style="list-style-type: none"> Foram concedidos auxílios permanência, viagem, alimentação e moradia estudantil, sendo os auxílios alimentação e moradia estudantil concedidos apenas ao <i>Campus</i> Nova Andradina.
2014	<ul style="list-style-type: none"> Regulamentação da Política de Assistência Estudantil, Resolução COSUP nº 002/2014 (IFMS, 2014d). Foram concedidos auxílios permanência, transporte, alimentação, viagem e moradia estudantil, sendo os auxílios alimentação e moradia estudantil concedidos apenas ao <i>Campus</i> Nova Andradina. Iniciou-se a oferta de auxílio-transporte nos <i>campi</i>: Campo Grande, Corumbá e Ponta Porã.
2015	<ul style="list-style-type: none"> A Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), por meio da Diretoria de Gestão Acadêmica (DIRGA)/ Coordenação de Assuntos Estudantis (COAES) passou a responder pelas ações da Assistência Estudantil. Foram concedidos auxílios permanência, transporte, alimentação, viagem e moradia estudantil, sendo os auxílios alimentação e moradia estudantil concedidos apenas ao <i>Campus</i> Nova Andradina. O auxílio transporte foi ofertado nos <i>campi</i>: Campo Grande e Corumbá.
2016	<ul style="list-style-type: none"> Implantação da Diretoria de Assuntos Estudantis (DIRAE), dentro da PROEN, que passou a responsabilizar pelas ações da Assistência Estudantil e a revisão da política de assistência estudantil. Foram concedidos auxílios monitoria (Cursos Técnicos e de Graduação); Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (Cursos Técnicos e de Graduação), visita técnica, permanência, transporte, alimentação e moradia estudantil. O auxílio-alimentação foi ofertado nos <i>campi</i>: Dourados e Nova Andradina. A moradia estudantil foi oferecida para o <i>Campus</i> Nova Andradina. O auxílio transporte nos <i>campi</i>: Campo Grande, Corumbá e Ponta Porã.
2017	<ul style="list-style-type: none"> Alteração da Política de Assistência Estudantil e a elaboração do Programa de Assistência Estudantil do IFMS. Foram concedidos auxílios permanência, transporte, alimentação, e moradia estudantil. A moradia estudantil foi oferecida para o <i>Campus</i> Nova Andradina. O auxílio-transporte foi ofertado aos <i>campi</i> Corumbá, Jardim e Ponta Porã. Recurso da assistência estudantil custeou: uniforme e parte do transporte escolar de estudantes no <i>Campus</i> Nova Andradina. Foram ofertados auxílios monitoria, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), visita técnica, por meio da Pró-Reitoria de Ensino; foram desenvolvidas ações de iniciação científica, Olimpíada de Robótica e participação em eventos científicos por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação; foram realizadas ações de extensão e jogos do IFMS, etapas regionais e nacionais, por meio da Pró-Reitoria de Extensão.
2018	<ul style="list-style-type: none"> Aprovação da Política de Assistência Estudantil, por meio por meio da Resolução COSUP nº 001, de 29 de janeiro de 2018 (IFMS, 2018c). Aprovação Programa de Assistência Estudantil do IFMS, por meio da Resolução COSUP nº 002, de 29 de janeiro de 2018 (IFMS, 2018d). Foram ofertados, por meio do Programa de Assistência Estudantil (PAES), auxílios permanência, alimentação, transporte, moradia, indígena-quilombola e auxílio eventual, de acordo com as especificidades e necessidades de cada <i>campus</i>. Foram desenvolvidas ações de ensino, pesquisa e extensão.

Fonte: adaptado dos Relatórios de gestão (IFMS, 2012; 2013, 2014b; 2015; 2016b; 2017a; 2018f; 2019b).

A legislação dispõe que as ações de assistência estudantil podem ser desenvolvidas para suprir os anseios dos estudantes, bem como as áreas de ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2010). Constatamos, no relatório de gestão 2013, que o IFMS promoveu ação de pesquisa, por meio de auxílio de acesso à inovação, ciência e tecnologia. Entretanto, não fica evidenciado se a ação foi desenvolvida mediante recurso da assistência estudantil (IFMS, 2013).

Para participar do processo de produção do texto da política de assistência estudantil, a PROEX conduziu discussões, com todos os *campi*, com representação de servidores: docentes e técnico-administrativos em especial, servidores do cargo de Assistente Social (GARCIA, 2018). Assim, foi nesse contexto de discussão de relação de poder e luta de interesses (MAINARDES, 2006), que o IFMS institucionalizou a Política de Assistência Estudantil. Essa política foi dividida em duas categorias: socioeconômica e ações de ensino, pesquisa e extensão, conforme o Quadro 4 (IFMS, 2014a; GARCIA, 2018). Após 2014, as ações da assistência estudantil passaram a ser coordenadas pela PROEN (Quadro 4), sendo o recurso dividido com as pró-reitorias: PROEX e Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROPI) para que desenvolvessem as suas ações (IFMS, 2016a).

Quadro 4 - Comparação das Políticas de Assistência Estudantil nas: categoria socioeconômicas (CSE), dimensão socioeconômicas (DSE), categoria de ações de ensino, pesquisa e extensão (CAEPE) e dimensão do ensino, pesquisa e extensão (DEPE).

Política de Assistência Estudantil 2014		Política de Assistência Estudantil 2018	
CSE	<ul style="list-style-type: none"> • Auxílio-alimentação; • Auxílio-moradia; • Auxílio-transporte; • Auxílio-permanência. 	DSE	<ul style="list-style-type: none"> • Auxílio-alimentação; • Auxílio-moradia; • Auxílio-transporte; • Auxílio-permanência; • Auxílio-índigena e quilombola; • Auxílio-eventual.
CAEPE	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso à cultura, artes, esportes e lazer; • Acesso à inovação, ciência e tecnologia; • Promoção da saúde e qualidade de vida. 	DEPE	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de acesso, permanência e êxito; • Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica (PITEC); • Programa de Empreendedorismo Inovador (PEMIN); • Programa Institucional de Bolsas e Auxílios para Atividades de Extensão (PIBAEX); • Mobilidade acadêmica do IFMS; • Ações de inclusão e diversidade; • Estágio.

Fonte: adaptado de IFMS (2014a; 2018a).

Nos termos do art. 7º do PNAES (BRASIL, 2010), os recursos são repassados à Instituição para a promoção das ações de assistência estudantil. Nesse sentido, observamos que, por sucessivas vezes, os relatórios de gestão aprontaram dificuldades de execução das ações e programas em função de atrasos dos repasses e contingenciamento de recurso (IFMS, 2012; 2013; 2014b).

Em 2017, com a intenção de aperfeiçoar a assistência estudantil, a PROEN constituiu uma comissão com servidores de todos os *campi* para discutir e revisar a Política de Assistência Estudantil, a qual foi aprovada por meio da Resolução COSUP nº 001, de 29 de janeiro de 2018 (IFMS, 2018c). A reinterpretção e recriação da “nova política” foram desenvolvidas pelos interesses e acordos firmados por essa comissão, ou seja, por um grupo restrito (MAINARDES, 2006), que trouxe para o texto suas inclinações.

Tais inclinações podem ser evidenciadas na reestruturação da política, as ações de assistência aos estudantes foram novamente ampliadas, mantendo-se as duas categorias e modificando-se a nomenclatura das dimensões. A primeira dimensão socioeconômica manteve os auxílios instituídos na política anterior e criou duas novas modalidades: auxílio-indígena e quilombola e auxílio-eventual, sendo estes viabilizados por meio do Programa de Assistência Estudantil (PAES). A segunda dimensão – ensino, pesquisa e extensão – foi totalmente reformulada. Na política anterior, eram promovidas por meio de ações e, a partir da revisão, a política passa a ser composta por: planos, programas, ações e projetos, conforme o Quadro 4 (IFMS, 2018a).

4.1.2 A Política de Assistência Estudantil do IFMS

É possível perceber que, com a nova estrutura da Política de Assistência Estudantil, as ações ficaram mais definidas. Assim, para compreender a política vigente, foram utilizadas as seguintes categorias: princípios e objetivos, diretrizes, público-alvo, com a intenção de identificar como o texto foi produzido e se está consoante com o Decreto nº 7.234/2010 (BRASIL, 2010).

Com relação à categoria princípio, a Política de Assistência Estudantil tem como base:

- II – equidade no acesso, permanência e êxito nos cursos ofertados;
- III – primazia do atendimento às necessidades socioeconômicas e psicopedagógicas;
- IV – respeito à dignidade do sujeito, a sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência acadêmica e comunitária;
- V – compromisso com a inclusão, acessibilidade e diversidade;
- VI – formação humanística e preparação para o exercício pleno da cidadania (IFMS, 2018a, p. 7).

Observamos que o regulamento traz o mesmo viés dos princípios e direitos dispostos na LDB e prioriza o atendimento do PNAES (BRASIL, 2010), atrelados como o compromisso social do IFMS previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, de forma que estabelece o “compromisso com a inclusão, acessibilidade e diversidade; formação humanística e preparação para o exercício pleno da cidadania” (IFMS, 2018a, p. 7).

Com relação aos objetivos, Taufick (2014, p. 193) ressalta que devem possibilitar “o desencadeamento de ações que possam ser avaliadas, medidas e sistematizadas, de forma que se possa medir o grau de alcance do objetivo proposto”. Nesse contexto, a política de Assistência Estudantil tem como objetivo:

[...] contribuir para a formação integral dos estudantes, buscando dirimir suas necessidades no que tange aos aspectos socioeconômicos e psicopedagógicos, por meio do desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações. Art 5º São objetivos específicos da Política de Assistência Estudantil: I – minimizar os efeitos das desigualdades sociais na permanência e conclusão do curso; II – colaborar para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, com vistas à redução da reprovação, retenção e evasão escolar decorrentes de dificuldades de ordem socioeconômica e psicopedagógica; III – possibilitar a participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão; IV – contribuir para a promoção da inclusão social dos estudantes do IFMS pela educação (IFMS, 2018a, p. 7).

Verificamos que nem todos os objetivos da política são mensuráveis. No entanto, apresentam uma preocupação com a formação integral dos estudantes e são consoantes com o art. 2º, Decreto nº 7.234/2010 (BRASIL, 2010).

O regulamento estabelece em suas diretrizes: ampla divulgação, transparência dos recursos, participação da comunidade escolar e descentralização das ações aos *campi*.

Depreendemos que a participação da comunidade escolar acontece por meio de representações em Conselho e Colegiado decisório, além de discussões promovidas no âmbito dos *campi*. Fagundes e Moura (2009, p. 102) defendem que é

essencial “pesquisar junto aos usuários, público-alvo dos programas e políticas públicas, de uma forma que eles se sintam sujeitos, visto que são os principais interessados”. Consideramos importantíssima a participação dos estudantes nos espaços de deliberações e nas discussões relacionadas à assistência estudantil, posto que o diálogo sobre os seus anseios colabora para a melhoria e o fortalecimento da política. Consideramos, igualmente, que descentralizar as ações torna o processo mais eficiente, visto que cada *campus* tem uma singularidade, dessa forma cada *campus* poderá agir conforme as suas demandas.

Segundo Draibe (2001), para a implementação de uma política, é necessária a disseminação da informação até seu público-alvo. Nesse sentido, o IFMS utiliza como meio de divulgação a página da Instituição, além de rede sociais, como: *Facebook*®⁶ e *WhatsApp*®⁷ – meios importantes, uma vez que fazem com que as informações fiquem disponíveis a todos. Convém mencionar que um produto educacional pode contribuir para a divulgação de um dos programas dessa política.

Para transparência dos recursos, é realizado um relatório de gestão anual, além de haver dados abertos na página da Instituição. Constatamos que, quanto à divulgação da aplicação dos recursos da assistência estudantil, aqueles que são aplicados na dimensão socioeconômica, nas atividades de ensino e extensão estão divulgados de forma clara, de fácil compreensão. Entretanto, os recursos da assistência estudantil relacionados com as atividades de pesquisa não são divulgados no relatório de gestão. Observamos que, na divulgação dos recursos utilizados, nos dados abertos, fica a impressão de que as ações de ensino, extensão e pesquisa estão dissociadas da assistência estudantil, visto que a área de Assistência Estudantil tem divulgado apenas os beneficiados pela dimensão socioeconômica.

O público-alvo da política é definido de acordo com as dimensões. A dimensão ensino, pesquisa e extensão tem como público-alvo todos os estudantes do IFMS, sendo desenvolvida por meio de programas e ações, conforme Quadro 5, enquanto a dimensão socioeconômica é restrita aos estudantes dos cursos presenciais: cursos técnicos integrados de nível médio, subsequentes, PROEJA, Formação Inicial e Continuada (FIC) e de graduação, mediante o Programa de

⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/ifms.oficial/>

⁷ Disponível em: <https://api.whatsapp.com/send?phone=556781641311&text=Ol%C3%A1%21%20Meu%20nome%20%C3%A9%3a%0aSou%20da%20cidade%20de%3a&source=&data=>

Assistência Estudantil (PAES) (IFMS, 2018b).

Quadro 5 - Dimensões da Política de Assistência Estudantil

Dimensão Socioeconômica	
Programa de Assistência Estudantil (Paes)	Auxílio-permanência: visa apoiar o estudante por meio da concessão de auxílio financeiro voltado para o custeio de necessidades acadêmicas e pessoais.
	Auxílio-transporte: caracteriza-se pelo repasse mensal de auxílio financeiro para as despesas de transporte urbano ou rural entre a Instituição e a residência do estudante, desde que este não tenha condições de acesso garantidas por iniciativas do Poder Público municipal, estadual ou federal.
	Auxílio-alimentação: consiste no subsídio de refeição nos <i>campi</i> que possuem estrutura de refeitório e/ou repasse financeiro direto ao estudante para os <i>campi</i> que não possuem estrutura de refeitório.
	Auxílio-moradia: consiste na concessão de moradia estudantil gratuita nos <i>campi</i> que possuem estrutura predial e organizacional adequada. Aos <i>campi</i> que não possuem alojamento estudantil, poderá ser disponibilizado o auxílio-moradia em pecúnia.
	Auxílio-indígena e quilombola: consiste na oferta de auxílio financeiro aos estudantes indígenas e quilombolas, em razão de suas especificidades relacionadas à organização social e à condição geográfica de suas respectivas comunidades.
	Auxílio-eventual: consiste na oferta de auxílio financeiro esporádico e eventual a estudantes que não tenham sido contemplados por nenhuma outra das ações de apoio financeiro da dimensão socioeconômica disponível no IFMS e se encontrem em situação de vulnerabilidade social por alguma questão recente e emergencial, que apresente risco social de evasão da Instituição.
Dimensão Ensino, Pesquisa e Extensão	
Ações do Ensino	Plano de Acesso, Permanência e Êxito: refere-se ao planejamento sistêmico de ações, programas, projetos e concessão de auxílios aos estudantes.
	Programa de Monitoria: tem como finalidade fortalecer a articulação entre teoria e prática, assim como promover a cooperação mútua entre discentes e docentes e permitir ao estudante a experiência com as atividades pedagógicas.
	Auxílio-TCC: consiste na concessão de auxílio financeiro, em parcela única, para apoiar o estudante na aquisição de materiais e insumos para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).
	Auxílio para Visitas Técnicas: consiste na concessão de auxílio financeiro, em parcela única e a cada visita, para a interação escola/empresa/outras organizações, objetivando propiciar aprendizados complementares à formação integral dos estudantes.
	Programa de Iniciação à Docência do IFMS: refere-se a uma ação institucional, que busca incentivar o aperfeiçoamento da formação docente dos estudantes dos cursos de licenciatura da Instituição.
	Programa de acompanhamento pedagógico, psicossocial e de saúde: refere-se ao desenvolvimento de ações de atendimento aos estudantes e seus familiares nos <i>campi</i> , sendo realizado pelos diversos profissionais que compõem os núcleos de apoio ao estudante por meio dos seguintes acompanhamentos: pedagógico, psicológico, social e saúde.

Dimensão Ensino, Pesquisa e Extensão	
Ações da Pesquisa	Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica (PITEC): refere-se à possibilidade de os estudantes dos cursos de nível médio e superior desenvolverem suas competências e habilidades se utilizando de atividades de pesquisa científica e tecnológica, incentivando a participação destes em projetos de pesquisa desenvolvidos por servidores/pesquisadores do IFMS e contribuindo para sua permanência e êxito. Os estudantes poderão receber apoio financeiro de duas formas: auxílio-pesquisa e bolsa-pesquisa.
	Programa de Empreendedorismo Inovador (PEMIN): refere-se ao apoio para o desenvolvimento de ideias e empreendimentos inovadores, além do zelo pela proteção intelectual e transferência de tecnologia resultante de projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação, desenvolvidos no âmbito do IFMS, visando fomentar, apoiar, promover, estimular, incentivar, valorizar e fortalecer os ambientes de inovação nos <i>campi</i> do IFMS. Os estudantes poderão receber apoio financeiro de duas formas: auxílio-pesquisa e bolsa-pesquisa.
Ações da Extensão	Programa Institucional de Bolsas e Auxílios para Atividades de Extensão (PIBAEX): refere-se à concessão de bolsas e auxílios a estudantes do IFMS, com a finalidade de apoiar o desenvolvimento de atividades de extensão no âmbito do IFMS, por fomento institucional ou externo.
	Mobilidade Acadêmica do IFMS: são atividades desenvolvidas em outro <i>campus</i> ou em Instituição de Ensino nacional ou internacional distinta daquela com a qual o estudante mantém o vínculo acadêmico. As ações de mobilidade permitem que os estudantes possam, além de conhecer uma nova cultura e aprender e/ou se aprofundar em um novo idioma, desenvolver atividades de pesquisa e/ou extensão.
	Ações de Inclusão e Diversidade: são ações desenvolvidas com vistas a inserção do estudante na comunidade acadêmica e no mundo do trabalho; ao fortalecimento das ações de acesso, permanência e êxito dos estudantes; ao fomento da inclusão da pessoa com deficiência; a redução da vulnerabilidade social; e ao fortalecimento das discussões acerca de questões étnico-raciais e de gênero, com apoio do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) e do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do IFMS.
	Estágio: visa aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do estudante para a vida cidadã e para o trabalho.

Fonte: adaptado de IFMS (2018a).

Além de o PNAES (BRASIL, 2010), em seu art. 4º, dispor que as Instituições podem efetivar ações nas áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão, inclusive ações para suprir os anseios dos estudantes, estabelece, no art. 2º, as áreas para promoção das ações de assistência estudantil:

I – moradia estudantil; II – alimentação; III – transporte; IV – atenção à saúde; V – inclusão digital; VI – cultura; VII – esporte; VIII – creche; IX – apoio pedagógico; X – acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010, n.p.).

Nesse contexto, conforme exposto no Quadro 5, as ações estabelecidas pela Instituição estão, de certa forma, consonantes com a legislação, de modo que são concedidos auxílios e bolsas, mediante o desenvolvimento de planos, programas e

ações em áreas estratégicas. Reputamos como um ponto positivo na política do IFMS o apoio dos núcleos NAPNE e NEABI, visto que o ambiente educacional tem a responsabilidade social de ser um espaço inclusivo.

Entendemos, nesta pesquisa, que a assistência estudantil não pode ser vista apenas como um direito do estudante que a procura, mas sim um direito que requer prioridade de atendimento, o qual é destinado aos estudantes com poucos recursos financeiros, que se encontram em condições vulnerabilidade sociais. Nesse sentido, corroboramos com a crítica realizada por Garcia (2018, p. 133), de que nem todos os programas e ações têm como público-alvo o estudante em situação de vulnerabilidade social, mas estão comumente relacionados com

questões meritocráticas ou de afinidade com o professor, assim essas questões, em alguns casos, excluem os estudantes em situação de vulnerabilidade social e sendo que parte dos recursos são provenientes do PNAES (GARCIA, 2018, p. 133),.

Tais questões estão relacionadas com o contexto da influência em que diferentes atores disputam para formação e o direcionamento da política (MAINARDES, 2011). Consideramos o cenário meritocrático um ponto negativo e controverso, Dubet (2008) destaca que se utilizar de meritocracia legitima a desigualdade. Isso gera distância dos próprios objetivos específicos da política de “minimizar os efeitos das desigualdades sociais na permanência” e promover “a inclusão social” (IFMS, 2018a, p. 7).

Nesse sentido, não defendemos que todo e qualquer programa seja voltado apenas para o estudante desfavorecido, defendemos que o recurso da assistência seja utilizado, de forma prioritária, para o público-alvo do PNAES, ou seja, o que se questiona aqui é: se com a seleção de forma meritocrática, o estudante pauperizado está conseguindo acessar o programa/projeto/ação? Se com a utilização desse tipo de seleção, o IFMS não se distancia da sua responsabilidade social? Podemos dizer que isso apenas concretiza a inclusão dos que já estão incluídos (KUENZER, 2000).

O art. 7º do PNAES (BRASIL, 2010) prevê os recursos para as ações da assistência estudantil que serão repassados às Instituições. Com relação a isso, constatamos que, no decorrer da implementação da política, os recursos destinados à assistência estudantil teve um crescente aumento, conforme Ação Orçamentária 2994 (IFMS, 2012; 2013, 2014b; 2015; 2016b; 2017a; 2018f; 2019b). Entretanto,

conforme antes mencionado, se mostrou insuficiente para execução das demandas necessárias.

O recurso é dividido entre as duas dimensões, os valores são definidos anualmente pelo Colégio de Dirigentes (CODIR)⁸, sendo garantido no mínimo de 75% para o PAES (IFMS, 2018a). A definição dos valores pelo CODIR é um ponto controverso da política visto que o Colégio de Dirigentes tem caráter consultivo, segundo Regimento do Colégio de Dirigentes (IFMS, 2017b) e não deliberativo.

Por fim, consideramos que a garantia de no mínimo de 75% para o PAES é um ponto positivo da política atual, visto que a política anterior não mencionava nada sobre a distribuição do recurso.

4.1.3 A questão do Programa de Assistência Estudantil (PAES) do IFMS: objeto da pesquisa

O Programa de Assistência Estudantil (PAES) do IFMS foi regulamentado por meio da Resolução COSUP nº 002, de 29 de janeiro de 2018 (IFMS, 2018d), antes de regulamentado foi produzido texto, ou seja, edital para orientar a oferta dos auxílios aos estudantes.

O PAES faz parte da dimensão socioeconômica integrante da Política de Assistência Estudantil do IFMS. Tal programa é executado pela Pró-Reitoria de Ensino (Proen). Esse é destinado aos estudantes regularmente matriculados, que estejam comprovadamente em condições de dificuldades econômicas, dos cursos presenciais: técnicos integrados de nível médio, subsequentes, PROEJA, Formação Inicial e Continuada (FIC) e de graduação, mediante o Programa de Assistência Estudantil (PAES), salvo o auxílio eventual, que não é disponibilizado aos estudantes dos cursos FIC (IFMS, 2018b).

Segundo Mainardes (2006), os textos podem apresentar contradições, pois são produzidos e colocados em práticas a partir da influência e interesses de um determinado público. Nesse contexto, observamos que, apesar de o texto do programa prever que os estudantes dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) podem receber o auxílio, o edital nº 012/2018 - PROEN/IFMS exclui a possibilidade deste público de concorrer ao edital.

⁸ O Colégio de Dirigentes (Codir) é um órgão colegiado superior, consultivo, auxilia nas tomadas de decisões. Composto pela Reitora, Pró-Reitores e Diretores-Gerais dos *campi*.

O programa conta com atendimento técnico e os seguintes auxílios: permanência, transporte, alimentação, moradia, indígena e quilombola, e eventual. Com exceção do auxílio eventual, os auxílios são concedidos de acordo com a disponibilidade de vagas, por meio de edital de seleção (IFMS, 2018b).

- *Auxílio Permanência*: é repassado ao estudante selecionado o valor de R\$140,00, segundo edital nº 012/2018 - PROEN/IFMS e o regulamento este auxílio é destinado ao “custeio de necessidades acadêmicas e pessoais que favoreçam a permanência do estudante beneficiário na Instituição” (IFMS, 2018b, p.9).

- *Auxílio Alimentação*: no valor de R\$ 130,00, tem o objetivo de custear a alimentação do estudante selecionado.

- *Auxílio Transporte*: o valor varia entre de R\$120,00 e R\$170,00, este auxílio visa contribuir com o pagamento de despesas de transporte urbano ou rural para deslocamento entre a casa do estudante e o *campus* (IFMS, 2018b).

- *Auxílio Moradia Estudantil*: subvenção financeira de R\$ 200,00, visa contribuir com o pagamento de despesas com aluguel de moradia do estudante, que tenha família residente ou domiciliada em município diferente do *campus* no qual está matriculado ou concessão de moradia, quando existe disponibilidade de alojamento no *campus*, (IFMS, 2018b).

- *Auxílio Indígena e Quilombola*: no valor de R\$ 130,00, voltado exclusivamente aos estudantes indígenas e quilombolas, com a finalidade de promover a permanência e a inclusão social (IFMS, 2018b).

- *Auxílio Eventual*: apoio financeiro de R\$ 150,00, concedido ao estudante com questões de caráter recente e emergenciais, que possam levar o estudante a evadir do curso ou afetar o processo de ensino e aprendizagem (IFMS, 2018b).

Vargas (2011, p. 52) destaca que o desenvolvimento do estudante de baixa renda na Instituição de Ensino pode ser interrompido em função da dificuldade econômica “seja pela falta de recursos necessários para o acesso a importantes bens e práticas culturais, seja pela necessidade de conciliar estudos e trabalho”, nesse sentido, auxílios como os ofertados pelo PAES operam como suporte para os estudantes amenizarem algumas necessidades específicas, destacamos amenizar, porque ora de forma explícita, ora de forma implícita o regulamento reconhece os valores concedidos não insuficientes para suprir as necessidades dos estudantes.

A elaboração dos objetivos do PAES trouxe elementos descritos nos objetivos do PNAES, tais elementos evidenciam que a produção de texto do programa é intrinsecamente atrelado ao PNAES.

Segundo o PNAES (BRASIL, 2010), a responsabilidade de estabelecer critérios e metodologias de seleção para concessão de benefícios aos estudantes é da Instituição de Ensino. Assim, no art. 5º, foram dispostos os critérios de atendimento prioritário:

Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário-mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas Instituições [...] (BRASIL, 2010, n.p.).

No IFMS, a seleção é realizada por uma comissão constituída para este fim ou por servidores do cargo de assistente social. A avaliação para concessão do auxílio é realizada mediante análise dos documentos entregues, conforme requeridos no edital, e entrevista, quando necessário (IFMS, 2018b).

Inicialmente, antes de ser regulamentado, os programas de assistência estudantil ofertados no IFMS tiveram como critério de seleção a vulnerabilidade social, renda *per capita* de até dois salários-mínimos (IFMS, 2011), indo na contramão do estabelecido no art. 5º do decreto. Posteriormente, a renda considerada passou a ser de até um salário-mínimo e meio, conforme estabelecido pelo PNAES (BRASIL, 2010). Mainardes (2006; 2009) compreende que a análise no contexto de produção de texto deve considerar a época em que o texto foi produzido, dessa forma, inferimos que a fixação do critério de seleção de dois salários-mínimos pode ter relação com o contexto da Instituição uma vez que estava em um momento de implementação das suas ações e, sobretudo, com o perfil do estudante, visto que todos os inscritos foram contemplados.

Com a expansão das vagas ofertadas e a Instituição da reserva de 50% das vagas para estudantes provenientes de escola pública, “oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) *per capita*” (BRASIL, 2012). Como isso, depreendemos que o perfil do estudante na Instituição foi alterado, e a demanda pelos auxílios foram aumentadas, visto que as reservas das vagas são convergentes com a prioridade de atendimento estabelecido pelo PNAES.

O critério de vulnerabilidade social ficou caracterizado, no processo de seleção, como forma prioritária a renda *per capita* de até um salário-mínimo e meio, sendo outros utilizados de forma secundários.

A vulnerabilidade social é compreendida pelo IFMS como:

conjunto de situações de desproteção, riscos e instabilidades decorrentes da fragilização de vínculos familiares e comunitários e do não acesso ao atendimento às necessidades básicas de bem-estar social, que envolvem condições habitacionais, sanitárias, educacionais, de trabalho, de renda e de bens de consumo (IFMS, 2018a, p. 6).

Nesse sentido, o estudante em situação de vulnerabilidade social pode apresentar circunstâncias que vão além da renda *per capita*. Dessa forma, a avaliação e o acompanhamento por um assistente social são imprescindíveis.

Para que seja assegurada a permanência dos estudantes, Finatti e Alves (2008, p. 196) ressaltam a necessidade de serem estabelecidos mecanismos que promovam a diminuição das desigualdades para os estudantes “comprovadamente desfavorecidos e que apresentam dificuldades concretas” para continuar os estudos. Nesse contexto, tal como afirmado por Finatti e Alves (2008), é que o IFMS solicita dos estudantes documentos para comprovação da situação de vulnerabilidade. Tais documentos estão relacionados com a renda de todos os membros da família e o preenchimento de um questionário socioeconômico.

Para selecionar os estudantes que mais precisam do benefício, os documentos são analisados por um assistente social ou comissão de assistência estudantil, que, além da análise das documentações, pode realizar entrevista com os estudantes para compreender a sua realidade (IFMS, 2019a).

Primeiramente, os estudantes são classificados pelos critérios: de renda *per capita*, “estar matriculado e frequentando, durante a vigência do edital, no mínimo 3 (três) unidades curriculares presenciais [...]; e não apresentar no seu histórico escolar mais do que 2 (duas) reprovações por falta (RF) em unidades curriculares no semestre anterior” (IFMS, 2019 a, p.4). Os últimos critérios relacionados: a matrícula e reprovação por falta foram estabelecidos pelo IFMS e não estão previstos no PNAES. De certa forma, esses critérios se mostram contraditórios ao objetivo de inclusão previsto no PNAES em virtude que exclui determinado público do processo de seleção.

Para desempate, são utilizados os critérios:

a) ser beneficiário de Programa de Transferência de Renda; b) possuir maior número de integrantes do grupo familiar; c) ter filhos com até 6 (seis) anos incompletos; d) ter a maior idade; e) não possuir outras modalidades de bolsas acadêmicas (IFMS, 2019a, p.17).

Apesar de um dos critérios de desempate ser o fato de estudante não ser favorecido por outro tipo de bolsa, é permitido ao estudante receber mais de um tipo de auxílio e participar dos programas e ações de ensino, pesquisa e extensão como bolsista, desde que a totalidade dos valores não extrapole um salário-mínimo e meio (IFMS, 2019a). Isso é mais uma evidência de que os valores concedidos são insuficientes para os estudantes arcarem com suas despesas, assim permanecerem no curso.

Kuenzer (2000, p. 53) destaca que “a avaliação só atingirá suas finalidades quando der publicidade aos resultados alcançados” e o PAES estabelece os indicadores para aferir as metas definidas nos planos institucionais. No entanto, ao pesquisar os planos institucionais: Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2014-2018), Plano de Ação Anual do IFMS (2018) e Plano de Desenvolvimento do *Campus* Campo Grande, não se encontram as metas a serem avaliadas por meio dos indicadores propostos.

4.2 Perfil socioeconômico dos estudantes, *Campus* Campo Grande, ano 2018

Para evidenciar o perfil socioeconômico dos estudantes da educação profissional de nível médio integrado e dos estudantes, desse mesmo nível, beneficiados pelo PAES, recorreremos ao banco de dados do questionário socioeconômico do ano de 2018/1, *Campus* Campo Grande, preenchido no primeiro semestre⁹.

Nos termos do item 4, subitem 4.3, “b”, do Edital nº 012/2018 - PROEN/IFMS, entre as documentações exigidas para concorrer o benefício do PAES, o estudante tem o dever de entregar para análise a comprovação de adimplência com o preenchimento do questionário socioeconômico, documento disponível no sítio eletrônico. Além de ser um requisito para seleção no PAES, o questionário socioeconômico também é um requisito para matrícula na Instituição.

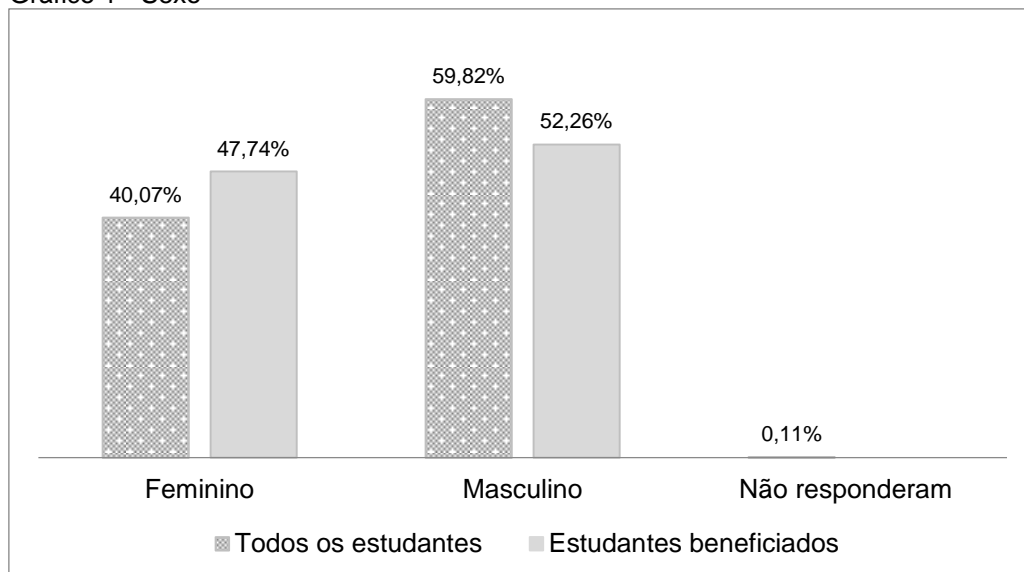
⁹ Disponível em: http://sistemas.ifms.edu.br/questionario_socioeconomico/. Acesso em: 17 jul. 2019.

Com base na PNP¹⁰ (2019), base de dados 2018, a educação profissional de nível médio integrado do *Campus* Campo Grande, tem um total de 972 matriculados, desses, 891 estudantes têm questionário socioeconômico respondido. Dos 244 estudantes beneficiados pelo PAES, na primeira chamada da seleção, conforme divulgado no Edital nº 012/2018 - PROEN/IFMS, 41 questionários apresentavam *status* incompleto, 4 estudantes não tinham questionário socioeconômico cadastrado no sistema, isso corresponde ao que aproximadamente 18% dos estudantes beneficiados estão em inconformidade com o edital.

Para fins desta pesquisa, são considerados apenas os questionários respondidos para evidenciar o perfil socioeconômico. Dessa forma, exploramos as categorias: sexo, cor/raça, antecedentes escolares, renda *per capita* familiar, meio de deslocamento até o *campus*, beneficiário social de transferência de renda e situação de moradia.

No que tange ao sexo, constatamos que, conforme Gráfico 1, a procura pelo auxílio é bastante equilibrada, visto que não existe diferença significativa entre os sexos, sendo 52,26% dos beneficiários pertencentes ao sexo masculino e 47,74% pertencentes ao sexo feminino. Já no universo total de estudantes matriculados nos cursos técnicos de Ensino Médio Integrado há uma predominância do gênero masculino, sendo 59,82% homens contra 40,07% mulheres.

Gráfico 1 - Sexo

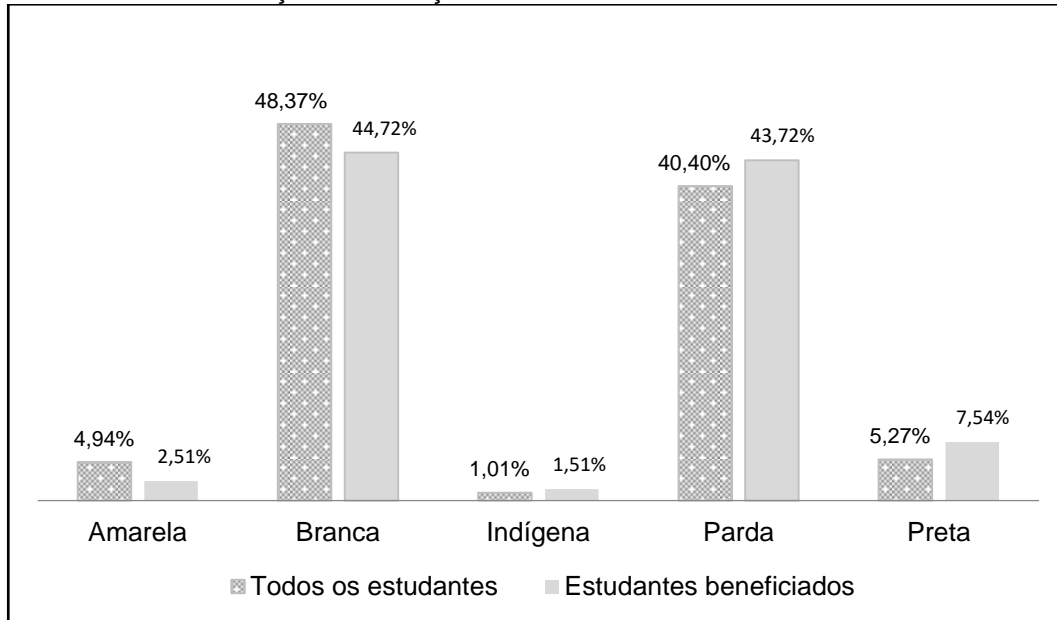


Fonte: dados do Questionário Socioeconômico IFMS (2018/1).

¹⁰ Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2019.

Quanto ao estado civil dos estudantes, observamos que a maioria é de solteiros, situação já esperada, uma vez a idade média dos estudantes é de 17 anos.

Gráfico 2 - Autodeclaração de cor/raça



Fonte: dados do Questionário Socioeconômico IFMS (2018/1).

No que se refere à cor/raça, conforme Gráfico 2, constatamos que não existe diferença significativa entre os beneficiários que se declaram brancos e pardos, sendo respectivamente 44,72% e 43,72%. Identificamos, ainda, um percentual de beneficiários, preto (7,54%), amarelo (2,51%) e indígena (1,01%). Quando comparados com o universo total dos estudantes matriculados nos cursos técnicos de Ensino Médio Integrado, observamos que os percentuais são próximos, sendo que a maioria dos estudantes é de origem branca (34%), em seguida parda, preta, amarela e indígena, com respectivamente 27%, 4%, 2% e 1%, conforme PNP¹¹ (2019).

Considerando que, com a ampliação de acesso, pela Lei das Ações Afirmativas, 30% das vagas ofertadas para ingresso nos cursos são para candidatos pretos, pardos e indígenas, podemos dizer que os percentuais de estudantes que se declaram pretos e indígenas, beneficiados pelo PAES e no universo total dos estudantes matriculados nos cursos técnicos de Ensino Médio Integrado, ainda são pequenos.

¹¹ Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2019.

Tabela 1 - Antecedentes escolares

Ensino Fundamental	Todos os estudantes	Estudantes beneficiados
Somente em Escola Particular - Sem bolsa	11,78%	3,52%
Somente em Escola Particular - Com bolsa parcial	3,93%	1,01%
Somente em Escola Particular - Com bolsa integral	0,79%	0,50%
Maior parte na Escola Particular - Sem bolsa	6,51%	2,51%
Maior parte na Escola Particular - Com bolsa parcial	3,14%	2,51%
Maior parte na Escola Pública	14,37%	6,53%
Somente em Escola Pública	58,81%	83,42%
Total	100%	100%

Fonte: Dados do Questionário Socioeconômico IFMS (2018/1).

O perfil educacional indica que a maioria é proveniente, integralmente, de escola pública, sendo estudantes beneficiados 83,42% e universo total dos estudantes matriculados, 58,81%, conforme Tabela 1. O resultado mostra que o perfil educacional dos estudantes beneficiados está condizente com o art. 5º, do Decreto nº 7.234/2010 (BRASIL, 2010), que dispõe sobre a prioridade de atendimento (procedentes de escola pública), e com o edital de seleção, que estabelece entre os critérios de desempate a escola pública.

Com relação à renda *per capita* mensal familiar, observamos que 93,97% dos estudantes beneficiados estão dentro dos parâmetros estabelecidos pelo art. 5º, do Decreto nº 7.234/2010 (BRASIL, 2010) – renda familiar *per capita* de até um salário-mínimo e meio –, sendo 46,73 % com renda de até 0,5 salário-mínimo, 39,70%, com renda de 0,5 a 1,0 salário-mínimo, 7,54% sem renda, 5,03% com renda de 1,0 a 1,5 salários mínimos. 1% dos beneficiários está acima do limite da renda prioritária, ou seja, não tem o perfil de vulnerabilidade socioeconômica.

Quando comparado com o universo total de estudantes matriculados com os estudantes beneficiados, observamos que 80,25%, ou seja, 715 estudantes estão dentro do perfil de vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, do universo de estudantes sem renda, apenas 37,5% são beneficiados pelo PAES. Assim, inferimos que mais estudantes poderiam ser beneficiados, uma vez que 1% dos estudantes beneficiados está em inconformidade com perfil de vulnerabilidade socioeconômica. Verificamos um percentual relevante de estudantes sem renda. Isso é uma situação preocupante, visto que em, uma escala de vulnerabilidade socioeconômica, são os mais vulneráveis. Assim, é importante que o IFMS realize acompanhamento desses estudantes de forma singular, para além do PAES.

Tabela 2 - Renda familiar (*per capita*) por faixas

Renda familiar (<i>per capita</i>) por faixas	Todos os estudantes	Estudantes beneficiados
Sem renda	4,49%	7,54%
Até 0,5 (R\$ 0,01 a R\$ 477)	23,23%	46,73%
0,5 a 1,0 (R\$ 477.01 a R\$ 954)	36,25%	39,70%
1,0 a 1,5 (R\$ 954.01 a R\$ 1431)	16,27%	5,035
1,5 a 2,0 (R\$ 1431.01 a R\$ 1908)	7,52%	0,50%
2,0 a 2,5 (R\$ 1908.01 a R\$ 2385)	12,23%	0,50%
Total	100%	100%

Fonte: dados do Questionário Socioeconômico IFMS (2018/1).

Comparando as Tabelas 1 e 2 observamos que, ainda, há uma pequena parcela de estudantes beneficiados que não pertencem ao critério de prioridade da PNAES (BRASIL, 2010). Dessa forma, concluímos que é possível desenvolver um produto educacional para esclarecer o PAES aos estudantes que realmente estão em condição de vulnerabilidade socioeconômica.

Com relação ao beneficiário social de transferência de renda, observamos na Tabela 3 que, 9,05% dos estudantes beneficiários pelo PAES, ou seja, 18 recebem algum recurso de programa de transferência de renda, confrontando com universo total de estudantes matriculados esse número aumenta para 55 estudantes, equivalente a 6,15%, identificamos, ainda, que dos estudantes beneficiários pelo PAES, 6,53% são beneficiários de Bolsa-Família, 1,51% de vale-renda e 1,01% Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social (BPC/LOAS) (BRASIL, 1993). Enquanto, o universo total dos estudantes matriculados 3,80% é beneficiário de Bolsa-Família, seguido de vale-renda e BPC/LOAS, com respectivamente, 1,34%, e 1,01%.

Tabela 3 - Beneficiário social de transferência de renda

Beneficiário social de transferência de renda	Todos os estudantes	Estudantes beneficiados
Sim, Vale Renda	1,34%	1,51%
Sim, Bolsa Família	3,80%	6,53%
Sim, BPC/LOAS	1,01%	1,01%
Não	93,85%	90,95%
Total	100%	100%

Fonte: dados do Questionário Socioeconômico IFMS (2018/1).

Isso revela que há uma parcela de famílias de baixa renda assistidas pelo Governo que requer atenção por parte do IFMS, uma vez que a intencionalidade

desses programas (transferência de renda) é a superação da pobreza e, por consequente, a vulnerabilidade social.

Tabela 4 - Meio de deslocamento até o *campus*

Meio de deslocamento até o <i>campus</i>	Todos os estudantes	Estudantes beneficiados
A pé	4,39%	4,29%
Bicicleta	4,39%	4,29%
Carona	2,38%	1,29%
Carro	14,73%	6,87%
Moto	2,20%	2,58%
Ônibus	71,91%	80,69%
Total	100%	100%

Fonte: dados do Questionário Socioeconômico IFMS (2018/1).

No que se refere ao transporte, Tabela 4, constatamos que há predominância do uso do ônibus para deslocamento até o *campus*, sendo 80,69% dos estudantes beneficiários pelo PAES e 71,91% no universo total dos estudantes matriculados, o segundo meio de deslocamento mais utilização é carro, correspondendo (14,73%) estudantes beneficiários pelo PAES e (6,87%) universo total dos estudantes matriculados. Seguido de outros meios de deslocamento: bicicleta (4,29%; 4,39%), a pé (4,29%; 4,39%), moto (2,58%; 2,20%), carona (1,29%; 2,38%), respectivamente, estudantes beneficiários pelo PAES e universo total dos estudantes matriculados.

Concluimos que é significativamente elevada a quantidade de estudantes que necessitam do transporte público para deslocamento até o *campus*, isso evidencia a vulnerabilidade socioeconômica, requerendo atenção do PAES, uma vez que a distância de deslocamento da residência até o IFMS, “aliada à dificuldade de transporte”, é um dos fatores relevantes para o estudante abandonar o curso (IFMS, 2016a, p. 32).

Tabela 5 - Situação de moradia

Situação de Moradia	Todos os estudantes	Estudantes beneficiados
Alugada	17,51%	21,61%
Cedida	15,38%	20,60%
Financiada	16,27%	15,08%
Própria	50,84%	42,71%
Total	100%	100%

Fonte: dados do Questionário Socioeconômico IFMS (2018/1).

Com relação ao perfil da situação da moradia, conforme Tabela 5, observamos que 42,71% dos estudantes beneficiários pelo PAES e 50,84% no universo total dos estudantes matriculados, possuem moradia própria, (21,61%; 17,51%) alugada, (20,60%; 15,38%) cedida, (15,08%; 16,27%) financiada, respectivamente, estudantes beneficiários pelo PAES e universo total dos estudantes matriculados.

Depreendemos que as condições, alugada e financiada requerem da família condições financeiras para continuar com a moradia. Enquanto, a moradia cedida não gera gasto para a família residir na propriedade, situação que pressupõe que a família não tem condições financeiras para pagar uma moradia. Dessa forma, inferimos que a família na situação de moradia cedida requer maior atenção no quesito de vulnerabilidade social.

4.3 Indicadores do Programa de Assistência Estudantil do IFMS e a comparação da taxa de evasão, *Campus Campo Grande*, ano 2018

Mainardes (2006, p. 20) compreende que a “análise do contexto dos resultados/efeitos pode envolver a análise de dados estatísticos, dados de avaliação do desempenho de alunos e outros dados”, nesse contexto, apresentaremos nesta seção uma síntese dos efeitos do programa, de modo a compreender se o programa obtendo vem obtendo resultados.

Dessa forma, propomos comparar a taxa de evasão dos estudantes atendidos pelo PAES com os estudantes que não são atendidos pelo programa, além de aferir os indicadores: auxílios ofertados; estudantes atendidos; estudantes beneficiados evadidos; estudantes beneficiados que concluíram o curso; estabelecidos no art. 41 do regulamento do PAES (IFMS, 2018b, p. 18). Nesse mesmo artigo do PAES, inferimos que os indicadores são instrumentos para avaliação das metas previstas nos planos institucionais (IFMS, 2018b).

Entretanto, ao pesquisar os planos institucionais, Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2014-2018), Plano de Ação Anual do IFMS (2018) e Plano de Desenvolvimento do *Campus Campo Grande*, não foram encontradas as metas a serem avaliadas por meio dos indicadores propostos. Assim, para alcançar o objetivo, os dados utilizados para aferir os indicadores foram retirados do Edital nº 012/2018 - PROEN/IFMS, primeira chamada, e do Sistema Acadêmico (SIGA).

4.4.1 Auxílios ofertados e estudantes atendidos

Constatamos na Tabela 6 que foram concedidos 402 auxílios, ou seja, foram utilizados 99,75% dos auxílios ofertados. Observamos, ainda, que o auxílio não preenchido foi o de Indígena e Quilombola. Isso ocorreu porque a quantidade de procura foi a mesma da quantidade de oferta, ou seja, 2, sendo que o outro candidato teve o seu pedido indeferido, uma vez que não cumpria com os requisitos do edital de seleção.

Tabela 6 – Relação de auxílios ofertados e auxílios concedidos

Auxílios	Nº de auxílios ofertados	Nº de auxílios concedidos
Alimentação	260	260
Transporte	04	04
Moradia	03	03
Permanência	134	134
Indígena e Quilombola	02	01
Total	403	402

Fonte: Edital nº 012/2018 - PROEN/IFMS.

Como o PAES permite que os estudantes acumulem mais de um auxílio, verificamos que o número real de estudantes atendidos foi de 264 estudantes, sendo que 244 dos auxílios foram concedidos aos estudantes de Ensino Médio Integrado e 20, aos estudantes da Educação Superior.

Depreendemos que, esse público é contemplado em maior número em função do fato de o *Campus* Campo Grande ofertar três cursos de Ensino Médio Integrado e um de curso de Tecnologia da Educação Superior, inclusive, a quantidade maior de oferta de cursos de Ensino Médio Integrado é consoante com Lei nº 11.892/ 2008 (BRASIL, 2008). No que tange ao curso, a maior porcentagem de beneficiados do Ensino Médio Integrado pertence ao curso Técnico em Informática, seguido de Técnico em Eletrotécnica e Técnico em Mecânica.

Tabela 7 – Auxílios concedidos aos estudantes do Ensino Médio Integrado

Auxílios	Estudantes atendidos Nº(%)
Permanência	03 (1,23%)
Alimentação	115 (47,13%)
Moradia, Permanência	01 (0,41%)
Alimentação, Moradia	01 (0,41%)
Alimentação, Permanência	118 (48,36%)
Alimentação, Transporte, Permanência	04 (1,64%)
Alimentação, Moradia, Permanência	01 (0,41%)
Alimentação, Indígena e Quilombola, Permanência	01 (0,41%)
Total	244 (100%)

Fonte: Edital nº 012/2018 - PROEN/IFMS.

Observamos na Tabela 7 que os auxílios mais procurados pelos estudantes do Ensino Médio Integrado são alimentação e permanência, 48,36% dos estudantes foram contemplados com apenas um tipo de auxílio, 49,18% foram contemplados

com dois tipos diferentes de auxílios, 2,46% foram contemplados com quatro tipos diferentes de auxílios. Considerando que os cursos técnicos de Ensino Médio Integrado possuem 244 estudantes atendidos pelo PAES e 972 estudantes matriculados (PNP, 2019), constatamos que 25% dos estudantes são atendidos pelo PAES.

É possível verificar a demanda dos auxílios observando a relação de inscritos por vaga¹², para o auxílio alimentação 1,40 estudantes concorreram a uma vaga. 3,33 estudantes concorreram a uma vaga do auxílio Moradia. 2,68, 2,50 e 1, concorreram, respectivamente, a uma vaga de auxílio permanência, auxílio transporte e auxílio indígena e quilombola.

Comparando com a Tabela 2, a procura pelos auxílios é relativamente baixa, no universo total de estudantes matriculados 1,01%, ou seja, 9, se autodeclararam indígena, dos estudantes beneficiados pelo PAES 1,51%, equivalente a 3, se autodeclararam indígenas, porém dois estudantes concorreram ao auxílio indígena e quilombola e apenas um foi contemplado.

Com relação ao auxílio transporte, observamos que foram ofertadas 4 vagas, a relação de inscritos por vaga é de 2,50 estudantes para uma vaga ofertada, na Tabela 4 é possível observar que 71,91%, isto é, 786 estudantes utilizam como meio de deslocamento até o *campus* o ônibus, logo, deduzimos que a procura é pequena, porque a Prefeitura do Município de Campo Grande disponibiliza transporte público gratuito aos estudantes. No entanto, como já mencionado aqui nesta pesquisa, o transporte é um elemento que requer atenção por parte do PAES, visto que quando se associa a dificuldade de transporte com a distância de deslocamento se torna um fator relevante para o estudante abandonar o curso (IFMS, 2016a, p. 32).

Deduzimos também que a pequena procura pelo auxílio moradia está relacionada com o fato de que a maioria dos estudantes é de menores de idade e residem com os pais, portanto, não possui necessidade de custear um aluguel. Consideramos pequena a procura pelos auxílios: alimentação e permanência, uma vez que, conforme a Tabela 2, 80,25%, isto é, 715 estudantes possuem renda *per capita* familiar dentro dos parâmetros estabelecidos pelo art. 5º, do Decreto nº 7.234/2010 (BRASIL, 2010) – renda familiar *per capita* de até um salário-mínimo e

¹² Conforme o Guia de Referência Metodológica da PNP, a relação de inscritos por vaga “mede a relação entre a quantidade de candidatos inscritos e a quantidade de vagas disponibilizadas” (Moraes *et. al*, 2018, p. 18).

meio.

Com a baixa procura pelos auxílios ofertados, reforçamos a conclusão de que é possível desenvolver um produto educacional voltado aos estudantes de forma a apresentar orientações sobre o programa de assistência estudantil.

4.4.2 Estudantes beneficiados evadidos, estudantes beneficiados que concluíram o curso.

Segundo o Guia de Referência Metodológica da PNP¹³, o conceito de evadido se refere ao estudante que “perdeu o vínculo com a Instituição antes da conclusão do curso” (MORAES *et. al*, 2018, p. 18). Assim, podemos compreender que os estudantes com *status* de matrícula: desligado, evadido, transferido externamente e internamente são considerado todos como evadidos.

O Guia de Referência Metodológica da PNP¹⁴ evidencia que a fonte do banco de dados para cálculo da PNP¹⁵ é o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) por meio da Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (REVALIDE), nesta pesquisa foi utilizado o banco de dados institucional do IFMS o Sistema Acadêmico (SIGA), como esse é um sistema institucional pressupõe que os dados registrados no SIGA sejam os mesmos registrado no SISTEC/ REVALIDE.

Com relação à situação de matrícula dos estudantes beneficiados, dados coletados no ano de 2019, dos 244 estudantes beneficiados pelo PAES, 6,56% evadiram do curso, 0,41% trancaram o curso, enquanto 14,75% concluíram o curso e 78,28% estão com *status* de matrícula em curso, ou seja, permaneceram no curso. Dos 16 estudantes beneficiados evadidos, 7 são do curso de Técnico em Eletrotécnica, 6 do curso de Técnico em Informática e 2 do Técnico em Mecânica.

De acordo com os dados divulgados pela PNP¹⁶, dos 972 estudantes matriculados, 148 estudantes, isto é, 15,22% evadiram do curso, sendo que o curso com maior evasão é o de Técnico em Mecânica, seguido do curso de Técnico em Informática e do curso de Técnico em Eletrotécnica. No que tange aos concluintes,

¹³ Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2019.

¹⁴ Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2019.

¹⁵ Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2019.

¹⁶ Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2019.

em 2018, 7,10% dos estudantes concluíram o curso, isso equivale a 69 estudantes, sendo o curso que mais forma estudantes o de curso de Técnico em Informática, seguido do curso de Técnico em Eletrotécnica e do curso de Técnico em Mecânica.

No que concerne aos efeitos do PAES, os dados evidenciam que 93,03% dos estudantes beneficiados permanecem ou concluem o curso, o que leva à conclusão de que o programa está atendendo ao proposto, uma vez que visa contribuir para “permanência, prevenção a evasão e o êxito acadêmico” (IFMS, 2018b, p. 7) dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, sendo que o êxito acadêmico dos estudantes beneficiados é significativamente relevante visto que representa 52,17% dos estudantes que concluem o curso.

4.4.3 Comparação da taxa de evasão dos estudantes atendidos pelo PAES com os estudantes que não são atendidos pelo Programa

Levando em consideração o Guia de Referência Metodológica da PNP¹⁷, a taxa de evasão dos estudantes beneficiados pelo PAES, pode ser interpretada como o percentual de estudantes beneficiados evadidos, dividido pela quantidade total de estudantes beneficiados, dessa forma a taxa de evasão dos estudantes beneficiados é de 6,56 pontos percentuais, enquanto a taxa de evasão dos estudantes não beneficiados 18,13%.

Comparando as taxas de evasão do total de evadidos apenas 10,8% dos beneficiados evadem do curso, contra 89,19% dos estudantes não beneficiados. Segundo Dore, o abandono ou a permanência do estudante na Instituição de Ensino está atrelado às “características individuais, por fatores sociais e familiares, por características do sistema escolar” (DORE, 2013, p. 5).

Dessa forma, são vários fatores que levam os estudantes a se evadirem do curso, entre os fatores se tem a condição socioeconômica dos estudantes. Pelos resultados, podemos inferir que o estudante beneficiado pelo programa evade menos que o estudante não beneficiado, não sendo possível afirmar que o fato de o estudante receber o auxílio seja um o único fator que o faça continuar no curso, mas podemos deduzir que é uma fator relevante, uma vez que 80,25% dos estudantes matriculados nos cursos técnicos de nível médio integrado estão dentro dos

¹⁷ Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2019.

parâmetros estabelecidos pelo art. 5º, do Decreto nº 7.234/2010 (BRASIL, 2010).

Por fim, concluímos, a partir dessa comparação, que o Programa apresenta um impacto significativo quando se trata da taxa de evasão.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

5.1 Elaboração e descrição do produto educacional

Capés (2019, p.16), compreende “como produto educacional o resultado de um processo criativo gerado a partir de uma atividade de pesquisa”. Nessa perspectiva, o produto educacional proposto para esta dissertação foi elaborado a partir do resultado de pesquisa que teve como temática o Programa de Assistência Estudantil.

De acordo com o documento de área, o produto educacional pode ser desenvolvido em diferentes categorias, tais como: “Mídias educacionais; Protótipos educacionais e materiais para atividades experimentais; Propostas de ensino; Material textual, Material textual; Atividades de extensão; entre outros (CAPES, 2013, p.53).

A partir da pesquisa foi escolhida a categoria “material textual” como categoria principal, para elaborar o respectivo produto educacional, sendo classificado como material textual os: “manuais, guias, textos de apoio, artigos em revistas técnicas ou de divulgação, livros didáticos e paradidáticos, histórias em quadrinhos e similares” (CAPES, 2013, p. 53). Além disso, inserimos no produto educacional um subproduto, vídeo, que é classificado na categoria de “mídias educacionais”.

O produto educacional desta pesquisa está inserido na linha de pesquisa do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (PROFEPT): Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica, visto que esta pesquisa foi relacionada com a organização e planejamento de espaços pedagógicos atrelada a da gestão da Educação Profissional e Tecnológica (IFES, 2018).

Segundo as orientações do regulamento PROFEPT, o produto educacional foi desenvolvido para os estudantes do Ensino Médio Integrado. Segundo Jorge (2003, s.p.), o manual escolar permite contribuir a autonomia do educando, de forma que “o estudante reconhecerá no manual a tal ferramenta de que necessita para se apoiar, na sua preparação individual”. Nesse sentido, o produto educacional intitulado como “MANU: Manual de Auxílio Estudantil” tem como propósito contribuir com as ações de permanência dos estudantes.

O manual foi elaborado na versão gratuita do *site Canva*, com a utilização do banco de imagens gratuitas do *Canva*, do *wordart* e de “*avatares*” disponíveis no aplicativo *Bitmoji*. Elaboramos o vídeo “PE - Programa de Assistência Estudantil (PAES)”, por meio do vídeo *scribe*, depois foi postado no *YouTube* e foi inserido o *link* do vídeo no manual, por meio de *hiperlink*.

O produto educacional foi direcionado aos estudantes ingressantes que tenham a intenção de pleitear os auxílios disponibilizados no edital de seleção do Programa de Assistência Estudantil, ou seja, o manual teve como objetivo dar um suporte ao estudante. A pesquisa realizada conduziu para a seleção das informações para compor o produto educacional.

No que tange à descrição do produto educacional, esse foi organizado da seguinte forma: capa, apresentação, sumário, orientações sobre o Programa de Assistência Estudantil, perguntas e respostas, etapas para concessão do auxílio, documentações necessárias, denúncias (Figura 1).

A parte inicial do produto educacional: capa, apresentação, sumário, orientações sobre o Programa de Assistência Estudantil; apresentamos elementos para nortear o estudante sobre o manual de Auxílio Estudantil e Programa de Assistência Estudantil. As perguntas e respostas foram inseridas no manual com a perspectiva direcionar o estudante a tirar dúvidas que podem surgir sobre o Programa.

As etapas para concessão do auxílio e documentações necessárias visam trazer, de forma visual, o processo de seleção e as documentações. Na parte das denúncias, orientamos a forma que o estudante pode realizar as denúncias de maneira anônima e o *link* de acesso.

Figura 1 – Síntese do Produto Educacional

MANUAL DE AUXÍLIO ESTUDANTIL
 Ação Orçamentária Financeira Antecipada
 Renda Fixa Garantida

Programa de Assistência Estudantil

SUMÁRIO

Programa de Assistência Estudantil	06
Respostas para dúvidas comuns	07
Objetivo do manual para apoiar famílias	08
Auxílio	09
Auxílio em materiais	10
Auxílio de transporte	10
Auxílio alimentação	11
Auxílio higiene e higiene pessoal	12
Auxílio Estímulo	13
auxílio Estímulo	13
Respostas às perguntas	14
Porque para a concessão do auxílio	15
Como se fazer a inscrição?	16
Como solicitar o auxílio?	17
Os valores dos descontos/parcelas	18
Benefício	21
Canais	22
Referências	23

Você Sabia?
 Programa de Assistência Estudantil (PAES)

DOCUMENTAÇÕES NECESSÁRIAS

1. Documento de identidade
2. Documento de parentalidade de quem recebe o benefício
3. Atividade acadêmica anterior (relatório de avaliação de ensino)
4. Documento de comprovante de renda familiar
5. Documento de identificação com foto
6. Comprovante de residência
7. Cópia do CNIS - Conselho de Avaliação
8. Estado de direito (comprovante de inscrição de inscrição de matrícula de renda)
9. Documento comprovatório de situação com o sistema de informação de matrícula
10. Comprovante de inscrição de matrícula de renda

Respostas

Atenção família!

1. **Atenção de renda**
 O valor de renda familiar não pode ultrapassar o limite estabelecido.

2. **Atividade acadêmica**
 O aluno deve ter realizado a matrícula em uma instituição de ensino superior.

3. **Comprovante de situação acadêmica**
 O aluno deve ter realizado a matrícula em uma instituição de ensino superior.

4. **Atividade acadêmica**
 O aluno deve ter realizado a matrícula em uma instituição de ensino superior.

5. **Estado de direito**
 O aluno deve ter realizado a matrícula em uma instituição de ensino superior.

6. **Comprovante de situação acadêmica**
 O aluno deve ter realizado a matrícula em uma instituição de ensino superior.

7. **Atividade acadêmica**
 O aluno deve ter realizado a matrícula em uma instituição de ensino superior.

8. **Estado de direito**
 O aluno deve ter realizado a matrícula em uma instituição de ensino superior.

9. **Documento comprovatório de situação com o sistema de informação de matrícula**
 O aluno deve ter realizado a matrícula em uma instituição de ensino superior.

10. **Comprovante de inscrição de matrícula de renda**
 O aluno deve ter realizado a matrícula em uma instituição de ensino superior.

Fonte: elaborado pelos autores.

5.2 Avaliação do produto educacional

Depois de aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Anhanguera – UNIDERP, número do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética - CAAE 33806720.2.0000.5161, número do parecer 4.186.441, o “MANU: Manual de Auxílio Estudantil” foi enviado via *Google Forms* aos estudantes e técnicos para avaliação contemplando 9 voluntários, sendo 5 técnicos e 4 estudantes. A elaboração do formulário de avaliação do produto foi inspirada no artigo “Proposta de avaliação coletiva de materiais educativos em Mestrados Profissionais na Área de Ensino” da autora Leite (2019).

As perguntas fechadas contemplam as seguintes categorias: linguagem clara e de fácil compreensão; aspectos estéticos (artes/visual); acessibilidade da informação/ autonomia do estudante; documentações; e opinião/ contribuição. A pergunta aberta foi elaborada com o propósito de viabilizar aos respondentes um espaço para que esses possam deixar suas impressões acerca do material a fim de contribuir com a melhoria do produto educacional. As respostas da pergunta aberta foram agrupadas em categorias de semelhança de repetição (BARDIN, 2011), e também foram utilizadas para a interpretação dos resultados das perguntas fechadas.

Kaplún (2003) apresenta que para o bom desempenho do produto educacional, no que diz respeito ao eixo da comunicação, a linguagem utilizada deve ser considerada. Seguindo esse entendimento, Leite (2019), dispõe na proposta de avaliação de materiais educacionais, o aspecto do “conteúdo apresentado no material educativo”, e apresenta que esse aspecto está relacionado com a seguinte pergunta, entre outras: “a forma de apresentar os referenciais teóricos utilizados é clara e de fácil entendimento?” (p.11).

Com relação à categoria linguagem, perguntamos: “Considerando que o Manual de Auxílio Estudantil é destinado aos estudantes do Ensino Médio integrado, você considera que esse possui linguagem clara e de fácil compreensão aos estudantes?”, 7 respondentes consideram que a linguagem do Manual de Auxílio Estudantil está clara e de fácil compreensão, 2 respondentes consideram, parcialmente. Quanto a essa categoria, os respondentes registraram, no espaço reservado para sugestão, os seguintes comentários: “linguagem clara e atrativa”; “Para leitura mais fácil poderia mudar a fonte de escrita para *Arial* ou *Time New*”,

com isso, podemos inferir que os respondentes relacionaram a fonte do texto como aspecto da linguagem.

Os aspectos estéticos do material educativo, segundo Leite (2019, p.10) são concernentes à forma do produto, assim, entre os outros pontos se devem levar em consideração “as cores usadas, os tipos e tamanho das letras, [...] criatividade na diagramação [...] das imagens utilizadas [...]”. No que tange aos aspectos estéticos (artes/visual) do produto educacional, 6 respondentes consideraram atrativos os aspectos estéticos (artes/visual) do Manual de Auxílio Estudantil. No entanto, 3 os consideraram, parcialmente atrativos. Assim, referente ao eixo de comunicação, Kaplún (2003) considera que os aspectos relacionados ao formato e a diagramação, ou seja, aspectos estéticos são relevantes para o produto educacional.

Sobre a categoria aspectos estéticos, foram recebidos os seguintes comentários: “[...] as imagens compõem bem a explicação [...]”; “[...] fonte de escrita mais tradicional como o Arial, Time New, etc. acredito que deixaria a leitura do Manual de Auxílio Estudantil menos cansativa, pois são fontes visualmente mais conhecidas”. Nesse contexto, consideramos a informação relevante e pode ser utilizada para alterar o produto educacional, caso seja utilizado posteriormente.

A proposta de Leite (2019, p.11), concatenada à acessibilidade do material educativo está atrelada ao tipo de escrita, uma pergunta que pode ser realizada segundo o autor é: se o material educativo “Apresenta escrita acessível, evitando palavras desnecessárias e difíceis de entender?”, acerca desse aspecto foi feita a seguinte pergunta: “Você considera que Manual de Auxílio Estudantil pode contribuir para a democratização e acessibilidade da informação, no sentido em que pode possibilitar ao estudante autonomia para compreender sozinho o Programa de Assistência Estudantil e das documentações necessárias para concorrer o edital?”.

Com relação a essa pergunta, 6 respondentes consideram que a informação era acessível, enquanto 3 consideram, parcialmente. Não recebemos nenhum comentário relacionado a esta categoria, entendemos que a pergunta poderia ter sido formulada sobre outro aspecto, uma vez que, os participantes podem ter relacionado o termo “acessibilidade” com pessoas com necessidade educacionais especiais, aspecto que não estava nos objetivos específicos do trabalho.

No que tange à categoria documentações, 7 respondentes consideram que o Manual de Auxílio Estudantil pode contribuir para a diminuição dos erros de entrega das documentações pelos estudantes, 2 consideram parcialmente. Por meio dos

comentários dos participantes, foi possível constatar que foi incluída uma documentação equivocada. Assim, inferimos que, este fato pode ter contribuído para que 2 participantes considerassem que o produto educacional pode contribuir parcialmente para a diminuição dos erros de entrega das documentações pelo estudante.

Para a categoria opinião/contribuição, foi reservado um espaço para os participantes registrarem opiniões e contribuições para melhoria do produto educacional, as contribuições foram analisadas com base na análise de conteúdo de Bardin (2011), as respostas foram agrupadas em categorias de semelhança de repetição.

A sugestão de mudança de fonte foi recomendada por 3 participantes, dois respondentes sugeriram generalizar algumas informações, um desses registrou a seguinte sugestão: “Sugiro colocar informações mais genéricas, assim o manual poderá ser utilizado por mais tempo, sem necessitar de atualizações”, consideramos a recomendação pertinente, registramos e colocamos à disposição para possíveis alterações, venha a ser utilizado institucionalmente.

Dois respondentes registraram que a linguagem do produto educacional está clara e atrativa aos estudantes. Dois respondentes externaram a vontade de terem tido um manual quando haviam ingressado na Instituição, um dos respondentes fez o seguinte registro “Gostaria de ter tido um material informativo desse quando ingressei no Instituto”.

Com relação ao vídeo “PE - Programa de Assistência Estudantil (PAES)”, disponibilizado no *YouTube*¹⁸ não obtivemos nenhuma sugestão/opinião, constatamos que o vídeo obteve 148 visualizações, segundo Siemens (2004) as redes digitais viabilizam a acessibilidade ao conhecimento de forma a tornar a aprendizagem mais colaborativa. Dessa forma, consideramos que esse meio tecnológico pode colaborar para a divulgação do programa, uma vez que foca em deixar o acesso à informação mais “fácil”.

Nesse contexto, os resultados da avaliação do produto educacional “MANU: Manual de Auxílio Estudantil” foram satisfatórios e julgamos que todas as sugestões de melhorias foram válidas e poderiam ser utilizadas para a melhoria do produto educacional em caso desse ser aplicado em Instituições. Aos elogios tecidos pelos

¹⁸ https://www.youtube.com/watch?v=_0I2waEOc88.

respondentes agradecemos imensamente e destacamos dois deles: “Ele ficou muito bom, parabéns! Será de grande ajuda aos estudantes... e à nós também rs”, “Termino elogiando o trabalho de vocês; ele está muito bem desenvolvido, fundamentado e didático!”. Por fim, concluímos que o produto educacional de fato pode contribuir com o Programa de Assistência Estudantil.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política de Assistência Estudantil é um mecanismo encontrado para que as desigualdades sociais dentro da Instituição de Ensino não perdurem, sendo assim um mecanismo para proporcionar a equidade para uma formação integral e humanizadora. Dessa forma, o PAES surge como um mecanismo dessa política, tendo por finalidade acompanhar os estudantes pauperizados e conceder-lhes recursos financeiros, para que sejam amenizadas as dificuldades de continuar a sua formação.

A experiência profissional nos levou a optar em desenvolver a temática desta pesquisa, uma vez que vivenciamos na prática os anseios dos estudantes e a busca de recursos que realizavam para continuar o curso. Dessa forma, realizamos os seguintes questionamentos: como aconteceu a materialização da Política de Assistência Estudantil e do Programa de Assistência Estudantil do IFMS? Qual é o perfil do estudante que é beneficiado pelo PAES da educação profissional de nível médio integrado do *Campus* Campo Grande? Qual produto educacional pode ser desenvolvido para contribuir com o PAES? Quais são os efeitos no *Campus* Campo Grande?

Diante disso, foi traçado como objetivo geral da pesquisa: desenvolver um produto educacional, a partir da análise do processo de materialização do Programa de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul e o seus efeitos no *Campus* Campo Grande. Assim, para finalizar a esta pesquisa, retomaremos aos objetivos específicos com a finalidade de apresentar os resultados.

Com relação ao objetivo específico “Contextualizar o Programa Nacional de Assistência Estudantil e a Política de Assistência Estudantil do IFMS”, neste objetivo, buscamos compreender o contexto da produção de texto. Um ponto que consideramos negativo na política é que nem todos os Programas utilizam como critério de prioridade os estudantes de escola pública ou a renda *per capita*, como estabelecido no Decreto. A esse respeito, são levantados alguns questionamentos que podem ser utilizados, como reflexão, pelos gestores: com a seleção de forma meritocrática, o estudante pauperizado está conseguindo acessar o

programa/projeto/ação? Com a utilização desse tipo de seleção, o IFMS não se distancia da sua responsabilidade social?

O objetivo específico “Traçar o perfil do estudante beneficiário da educação profissional de nível médio integrado, do *Campus* Campo Grande” foi feito com base no questionário socioeconômico. Constatamos que o questionário é um gargalo da Instituição, mesmo sendo um critério para o recebimento dos auxílios. Apesar de seu preenchimento ser solicitado na matrícula da Instituição, foi observado que 18% dos beneficiários não responderam. Para superar esse desafio, sugerimos que a Instituição realize ações com os estudantes e servidores, explicando a importância de responder ao questionário socioeconômico, sobretudo, com os servidores envolvidos na matrícula e na seleção dos estudantes, de maneira a se comprometer com a ação e, assim, reivindique do estudante o preenchimento.

Com relação aos objetivos, aferir os indicadores do PAES: auxílios ofertados, estudantes atendidos, estudantes beneficiados evadidos, estudantes beneficiados que concluíram o curso, da educação profissional de nível médio integrado, *Campus* Campo Grande; e comparar a taxa de evasão dos estudantes atendidos pelo PAES com os estudantes que não são atendidos pelo Programa. Nesses objetivos, buscamos compreender os efeitos do PAES no *Campus* Campo Grande, dessa forma, foram sintetizados alguns resultados.

Observamos pelos dados pesquisados que 25% dos estudantes dos cursos técnicos de nível médio integrado são atendidos pelo PAES. Somente o auxílio Indígena e Quilombola não foi preenchido por completo, ficando uma vaga sem preencher, e que esta vaga não foi preenchida em função de baixa demanda, além de que os estudantes que podem concorrer a este auxílio também podem receber outro benefício do Governo, sendo que o benefício do Governo mais o auxílio não podem ser acumulados.

Constatamos que os auxílios ofertados, no *Campus* Campo Grande, têm baixa procura, visto que 80,25% dos estudantes matriculados possuem renda *per capita* familiar dentro dos parâmetros estabelecidos pelo art. 5º, do Decreto nº 7.234/2010 (BRASIL, 2010) – renda familiar *per capita* de até um salário-mínimo e meio, assim, concluímos mais uma vez que poderíamos desenvolver um produto educacional voltado aos estudantes com orientações sobre o programa de assistência estudantil.

Com relação aos estudantes beneficiados que concluíram o curso,

percebemos que 14,75% concluíram o curso. Como efeito do PAES, observamos 93,03% dos estudantes beneficiados permanecem ou concluem o curso, o que nos leva a conclusão de que o Programa está atendendo ao proposto, uma vez que, visa contribuir para “permanência, prevenção à evasão e o êxito acadêmico” (IFMS,2018b, p. 7) dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, sendo que o êxito acadêmico dos estudantes beneficiados é, significativamente, relevante visto que representa 52,17% dos estudantes que concluem o curso.

Referente aos estudantes evadidos, observamos que 6,56% dos estudantes beneficiados evadiram do curso, contra 18,13% dos estudantes não beneficiados. No que tange à comparação da taxa de evasão dos estudantes atendidos pelo PAES com os estudantes que não são atendidos pelo Programa, percebemos que do total de evadidos 10,8% dos beneficiados evadem do curso, contra 89,19% dos estudantes não beneficiados. Nesse contexto, concluímos que o PAES apresenta efeitos positivos nos estudantes beneficiados.

A partir dos resultados descritos até aqui desenvolvemos um produto educacional direcionado aos estudantes ingressantes da Educação Profissional de Nível Médio Integrado, definimos como produto educacional o material textual intitulado como “MANU: Manual de Auxílio Estudantil” e subproduto um vídeo intitulado “PE - Programa de Assistência Estudantil (PAES)”. Um ponto que consideramos interessante é que o vídeo já obteve 148 visualizações.

Em síntese, com relação aos resultados da avaliação da aplicação do produto educacional, concluímos o “MANU: Manual de Auxílio Estudantil” teve boa receptividade entre os voluntários e pode atender ao objetivo proposto que é servir de orientação aos estudantes ingressantes acerca do Programa de Assistência Estudantil e o processo de seleção.

No mais, com os resultados encontrados, esperamos que esta pesquisa possa servir de instrumento para tomada de decisões, de forma a contribuir para o aperfeiçoamento e fortalecimento do Programa de Assistência Estudantil. Esperamos igualmente que o “MANU: Manual de Auxílio Estudantil” contribua com as ações de permanência dos estudantes nos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado.

Em função da à relevância da temática abordada, julgamos pertinente a complementação com novos estudos, dessa forma, sugerimos que outros pesquisadores deem continuidade ao tema, além disso, recomendamos os

seguintes pontos: os efeitos do PAES sejam comparados ao longo dos anos; a pesquisa seja realizada em todos os *campi* do IFMS; a Política de Assistência Estudantil e o Programa de Assistência Estudantil seja analisada no contexto da prática. Por fim, esta pesquisa visa colaborar com as discussões acerca dessa temática e esperamos que provoque pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Luiz Edmundo Vargas de; PACHECO, Eliezer Moreira. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como Política Pública. *In: ANJOS, Mayla Brandão dos; RÔÇAS, Giselle (orgs.). As Políticas Públicas e o Papel Social dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*. Natal: IFRN, 2017. p. 12-34.
- BALL, Stephen J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. : BALL, Stephen J. e MAINARDES, Jefferson. (Orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. **Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro, 1909.
- BRASIL. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937**. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro, 1937.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942**. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Rio de Janeiro, 1942.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Rio de Janeiro, 1946.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1993.
- BRASIL. **Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília, 1994.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.
- BRASIL. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília: Presidência da República, 2001.
- BRASIL. **Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007**. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2007.
- BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de

Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília: Presidência da República, 2010.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas Instituições Federais de Ensino Técnico de Nível Médio e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Documento de área 2013. Brasília: CAPES, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/>. Acesso em: 15. dez. 2019

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Documento de Área. Área 46. Ensino. . Brasília: CAPES, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/>. Acesso em: 15. dez. 2019.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (CONIF). **Relatório Assistência Estudantil na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. CONIF, 2018. Disponível em: https://www.ifsc.edu.br/documents/38101/1107176/relatorio_as_sistencia_estudantil_rede_conif_2018.pdf/e938cf11-f719-4121-b27c-657ddecf8ea3. Acesso em: 3 mar. 2019.

DAL-FARRA, Rossano André; LOPES, Paulo Tadeu Campos. **Métodos Mistos de pesquisa em educação: pressupostos teóricos**. Nuances, v.24, p.67-80, 2013.

DORE Rosemary. **Projeto “Educação Técnica de Nível Médio da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais: organização dos IFE, políticas para o trabalho docente, permanência/evasão de estudantes e transição para o ensino superior e para o trabalho”**, do Programa Observatório da Educação CAPES/INEP, 2013.

DRAIBE, Sônia Miriam. Avaliações de Implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. *In*: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC, 2001. p. 13-42.

DUBET, François. Democratização escolar e justiça da escola. *In*: **Educação Santa Maria**, v. 33, n. 3, p. 381-394, set./dez. 2008.

FAGUNDES, Helenara; MOURA, Alessandra Ballinhas de. Avaliação de programas e

políticas públicas. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 8, n.1, p. 89-103, jan./jun. 2009.

FERREIRA, Carlos Augusto Lima. **Pesquisa quantitativa e qualitativa: perspectivas para o campo da educação**, Revista Mosaico, v. 8, n. 2, p. 173-182, jul./dez. 2015.

FERREIRA, Maria Cristina Afonso; SOUZA, Maria de Fátima Matos de. A visão dos alunos da educação profissional de nível médio sobre as políticas de permanência estudantil no IFPA. **Educação: Revista do Centro de Educação UFSM**, Santa Maria, v. 44, p. 1-23, 2019.

FINATTI, Betty Elmer; ALVES, Jolinda de Moraes. Perfil Socioeconômico e cultural dos estudantes da UEL: indicadores para a implantação de uma política de assistência estudantil. *In*: KULLMANN, Geila Gonçalves *et al.* **Apoio Estudantil: reflexões sobre o Ingresso e Permanência no Ensino Superior**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2008. p. 16-39.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS (FONAPRACE). **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Belém, 2007. Disponível em: <http://www.ufjf.br/proae/files/2009/08/plano-nacional-de-assistencia-estudantil.pdf>. Acesso em: 14 set. 2018.

FONTE, Eliane Maria Monteiro da (org.). **Limites e Possibilidades da Assistência Estudantil no Espaço Universitário: análises de sua operacionalização**. Universidade Federal de Pernambuco. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2003.

GARCIA, Débora Rogéria Neres de Souza. **A Política de Assistência Estudantil na Educação Superior: um estudo de caso no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – IFMS (2012-2016)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (IFES). **Anexo ao regulamento. Mestrado profissional em educação profissional e tecnológica em rede nacional**. Vitória: IFES, 2018. Disponível em: <https://profept.ifes.edu.br/regulamentoprofept/anexoregulamentogeral>. Acesso em: 6 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS (IFG). **Diretrizes Nacionais para a Política de Assistência Estudantil**. [s./d.]. Disponível em: http://w2.ifg.edu.br/uruacu/images/arquivos/dir_ae.pdf. Acesso em: 15 mar. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS). **Edital nº 003/2011, de 23 de março de 2011**. Campo Grande: IFMS, 2011. Disponível em: <http://selecao.ifms.edu.br/>. Acesso: 15 mar. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS). **Relatório de Gestão do Exercício de 2011**. Campo Grande: IFMS, 2012. Disponível em: <http://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais>. Acesso em: 14 set. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS). **Relatório de Gestão do Exercício de 2012**. Campo Grande: IFMS, 2013. Disponível em: <http://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais>. Acesso em: 14 set. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS). **Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: IFMS, 2014a. Disponível em: <http://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/politicas/politica-de-assistencia-estudantil-resolucao-029-de-27-02-2014.pdf>. Acesso em: 6 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS). **Relatório de Gestão do Exercício de 2013**. Campo Grande: IFMS, 2014b. Disponível em: <http://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais>. Acesso em: 14 set. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS). **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014-2018)**. Campo Grande: IFMS, 2014c. Disponível em: http://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/planos/pdi_ifms_2014_2018.pdf. Acesso em: 15 set. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS). **Resolução nº 002, de 27 de fevereiro de 2014**. Campo Grande: IFMS, 2014d. Disponível em: <http://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/resolucoes/resolucao-002-politica-de-assistencia-estudantil-do-ifms-27-02-2014.pdf>. Acesso em: 6 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS). **Relatório de Gestão do Exercício de 2014**. Campo Grande: IFMS, 2015. Disponível em: <http://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais>. Acesso em: 14 set. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS). **Planejamento Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul – PEIPEE**. Campo Grande: IFMS, 2016a. Disponível em: <http://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/planos/planejamentoestrategicoinstitucionalresolucao014de2016.pdf>. Acesso em: 6 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS). **Relatório de Gestão do Exercício de 2015**. Campo Grande: IFMS, 2016b. Disponível em: <http://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais>.

conteudo/documentos-institucionais. Acesso em: 14 set. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS). **Relatório de Gestão do Exercício de 2016**. Campo Grande: IFMS, 2017a. Disponível: <http://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais> (Acesso: 14/setembro/2018).

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS). **Regimento do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS)**. Campo Grande: IFMS, 2017b. Disponível: <http://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais> (Acesso: 14/setembro/2018).

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS). **Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: IFMS, 2018a. Disponível: <http://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais>. Acesso em: 14 set. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS). **Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: IFMS, 2018b. Disponível: <http://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais>. Acesso em: 14 set. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS). **Resolução nº 001, de 29 de janeiro de 2018**. Campo Grande: Conselho Superior (COSUP), 2018c. Disponível em: <http://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/resolucoes/resolucao-no-001-de-28-de-janeiro-de-2018>. Acesso em: 6 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS). **Resolução nº 002, de 29 de janeiro de 2018**. Campo Grande: Conselho Superior (COSUP), 2018d. Disponível em: <http://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/resolucoes/resolucao-no-002-de-28-de-janeiro-de-2018>. Acesso em: 6 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS). **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023)**. Campo Grande: IFMS, 2018e. Disponível em: <http://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/planos/pdi-2019-2023.pdf>. Acesso em: 6 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS). **Relatório de Gestão do Exercício de 2017**. Campo Grande: IFMS, 2018f. Disponível em: <http://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais>. Acesso em: 14 set. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS). **Edital nº 012/2018 - PROEN/IFMS, de 22 de fevereiro**

de 2018. Campo Grande: IFMS, 2018g. Disponível em: <http://selecao.ifms.edu.br/>. Acesso em: 14 mai. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS). **Edital nº 016/2019 - PROEN/IFMS, de 28 de fevereiro de 2019.** Campo Grande: IFMS, 2019a. Disponível em: <http://selecao.ifms.edu.br/>. Acesso em: 15 mar. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS). **Relatório de Gestão do Exercício de 2018.** Campo Grande: IFMS, 2019b. Disponível em: <http://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais>. Acesso em: 3 set. 2019.

JESUS, Jacqueline Alves. **Programa Nacional de Assistência Estudantil PNAES nos Institutos Federais de Educação:** um Estudo da Metodologia de Implementação do IFNMG. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

JESUS, Luciano Nascimento; MAYER, André Luiz Monteiro; CAMARGO, Pedro Luiz Teixeira. Programa Nacional de assistência estudantil: do protagonismo da une aos avanços da luta por direitos, promovidos pelo FONAPRACE (PNAES: da UNE a FONAPRACE). **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 38, n. 3, p. 247-257, jul./set. 2016.

JORGE, Ana Maria Brito. Manual escolar, uma ferramenta do aluno. **A Página da Educação**, n. 25, jul. 2003. Disponível em: <https://www.apagina.pt/?aba=7&cat=125&doc=9563&mid=2>. Acesso em: 10 mar. 2019.

KUENZER, Acacia Zeneida. O Ensino Médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. **Educação & Sociedade**, ano 21, n. 70, p. 15-39, abr. 2000.

KUENZER, Acacia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1153-1178, Oct. 2007.

KUENZER, Acácia Zeneida; GRABOWSKI, Gabriel. Educação Profissional: desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 297-318, jan/jun. 2006

KAPLÚN, Gabriel. Materiais educativos: experiência de aprendizado. **Comunicação e educação**. São Paulo, v. 27, p. 46-60, mai.-ago. 2003. Disponível em: <<http://twixar.me/sZ11>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. **Proposta de avaliação coletiva de materiais educativos em Mestrados Profissionais na Área de Ensino.** Campo Aberto, v. 38, n. 2, p. 185-198, 2019.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Contribuições de Stephen Ball para o estudo de Políticas de Currículo. *In*: BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson (orgs.).

Políticas Educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011. p. 249-276.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais.** Educação & Sociedade, Campinas. vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MAINARDES, Jefferson. **Reinterpretando os ciclos de aprendizagem.** São Paulo: Cortes, 2007.

MAINARDES, Jefferson. FERREIRA, Márcia dos Santos; TELLO, César. Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. In: BALL, Stephen J. e MAINARDES, Jefferson. (Orgs.). **Políticas Educacionais: questões e dilemas.** São Paulo: Cortez, 2011.

MAINARDES, Jefferson; MARCONDES, Maria Inês. **Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional.** Revista Educação & Sociedade, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a15.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

MAINARDES, Jefferson. **A pesquisa no campo da política educacional: perspectivas teórico-epistemológicas e o lugar do pluralismo.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 23, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007.** Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília: MEC, 2007.

MINISTÉRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (MEC); INSTITUTOS FEDERAIS (IFES). **Termo de Acordo de Metas e Compromissos (TAM).** Brasília: MEC; IFES, 2009. Disponível em: http://www.ifs.edu.br/prodin/images/banners/termo_de_acordo_de_metas.pdf. Acesso em: 15 mar. 2019.

MINISTÉRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (MEC). Portaria MEC nº 79, de 31 de janeiro de 2011. Autoriza o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul a promover o funcionamento do Câmpus de Aquidauana, Campo Grande, Corumbá, Coxim, Ponta Porã e Três Lagoas - MS. Brasília: MEC, 2011.

MINISTÉRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Resolução CNE/CEB nº 6 de 20 de dezembro de 2012.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília: Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica, 2012.

MINISTÉRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.** Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/68731-historico-da-educacao-profissional-e-tecnologica-no-brasil>. Acesso em: 05 mar. 2021.

MORAES *et. al*, **Plataforma Nilo Peçanha: guia de referência metodológica**. Brasília/DF: Editora Evobiz, 2018.

OZGA, J. **Investigação sobre políticas educacionais: terreno de contestação**. Porto: Porto Editora, 2000.

Pacheco, Eliezer Moreira. **Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Natal: IFRN, 2010. 28 p.

PERERIA, Luiz Augusto Caldas. **A Rede Federal de Educação Tecnológica e o desenvolvimento local**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades). Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2003.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA (PNP). Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-180, 2007.

SIEMENS, George. **CONNECTIVISMO: Uma Teoria de Aprendizagem para a Idade Digital**, 12 de Dezembro, 2004. Disponível em: [http://usuarios.upf.br/~teixeira/livros/conectivismo\[siemens\].pdf](http://usuarios.upf.br/~teixeira/livros/conectivismo[siemens].pdf). Acesso em: 06 jul. 2019.

SOUZA, Jacqueline Domiense Almeida. **Na travessia: assistência estudantil da educação profissional: as interfaces das políticas de assistência social e educação**. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

TAUFICK, Ana Luiza de Oliveira Lima. Análise da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 30, n. 1, p. 181-201, 2014.

VARGAS, M. de L. F. **Ensino Superior, Assistência Estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 1, p. 149-163, mar. 2011.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2006.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de

estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira Educação**, São Paulo, ANPED, v. 11, n. 32, p. 226-237, maio/ago. 2006.

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL
– MANU: MANUAL DE AUXÍLIO ESTUDANTIL**

1. Considerando que o Manual de Auxílio Estudantil é destinado aos estudantes do Ensino Médio integrado, você considera que ele possui linguagem clara e de fácil compreensão aos estudantes?

- () **sim**, considero;
() considero **parcialmente**;
() **não** considero.

2. Em sua opinião, os aspectos estéticos (artes/visual) do Produto Educacional estão atrativos aos estudantes?

- () **sim**, está atrativo;
() está, **parcialmente**, atrativo;
() **não** está atrativo.

3. Você considera que Manual de Auxílio Estudantil pode contribuir para a democratização e acessibilidade da informação, no sentido em que pode possibilitar ao estudante autonomia para compreender sozinho o Programa de Assistência Estudantil e das documentações necessárias para concorrer o edital?

- () **sim**, considero;
() considero **parcialmente**;
() **não** considero.

4. No que tange a parte que trata sobre as documentações, você considera que pode contribuir para a diminuição dos erros de entrega das documentações pelo estudante?

- () **sim**, considero;
() considero **parcialmente**;
() **não** considero.

5. Aqui, reservamos um espaço para você registrar a sua opinião sobre Produto Educacional e, caso queira, contribuir com sugestões de melhorias, inclusões, supressões e mudanças que considerar relevantes para o Manual de Auxílio Estudantil:

APÊNDICE B – PRODUTO EDUCACIONAL – MANU: MANUAL DE AUXÍLIO ESTUDANTIL



Keila Cristina Pinheiro Antunes

Ricardo Pini Caramit

Campo Grande, MS

2020



Link: <https://antuneskeila.wixsite.com/manu>